

Daniel Fernando Ribeiro
Adriano Mesquita Soares
(Organizadores)

SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

desafios e
perspectivas
Volume V



AYA EDITORA
2024



Daniel Fernando Ribeiro
Adriano Mesquita Soares
(Organizadores)

Saúde da criança e do adolescente: desafios e perspectivas

Vol. 5

Ponta Grossa
2024

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organizadores

Prof.º Esp. Daniel Fernando Ribeiro

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Capa

AYA Editora©

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora©

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências da Saúde

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva

Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof.º Dr. Aknaton Toczek Souza

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa

Universidade Estadual de Londrina

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos

Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da Silva

Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chirolí

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis

Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira

Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos

Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva

Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão

Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior

Universidade Federal de Roraima

Prof.º Me. Jorge Soistak

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa

Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes

Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Parauapebas

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Instituto Federal do Acre

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

Universidade Federal do Piauí

**Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros
Rodrigues**

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

**Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira
Miranda Santos**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues

Instituto Federal de Santa Catarina

© 2024 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva dos autores. Os autores detêm total responsabilidade pelo conteúdo apresentado, o qual reflete única e inteiramente a sua perspectiva e interpretação pessoal. É importante salientar que o conteúdo deste livro não representa, necessariamente, a visão ou opinião da editora. A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se ao serviço de diagramação e registro da obra, sem qualquer influência sobre o conteúdo apresentado ou opiniões expressas. Portanto, quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro, devem ser direcionados exclusivamente aos autores.

S9436 Saúde da criança e do adolescente: desafios e perspectivas [recurso eletrônico]. / Daniel Fernando Ribeiro, Adriano Mesquita Soares (organizadores) -- Ponta Grossa: Aya, 2024. 69 p.

v.5

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-431-3

DOI: 10.47573/aya.5379.2.267

1. Promoção da saúde. 2. Fisioterapia para crianças. 3. Síndrome da alienação parental. 4. Abandono afetivo. 5. Ansiedade. 6. Medo. 7. Saúde mental infantil. I. Ribeiro, Daniel Fernando Soares. II. Adriano Mesquita. III. Título

CDD: 613

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

WhatsApp: +55 42 99906-0630

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557

Ponta Grossa - Paraná - Brasil

84.071-150

SUMÁRIO

Apresentação..... 8

01

Atuação fisioterapêutica na Saúde da Criança: desafios e perspectivas..... 9

Vanessa Cristina Godoi de Paula
Odivan Bukalowski Barbosa Alves
Tiago Tsunoda Del Antonio
Ana Carolina Ferreira Tsunoda Del Antonio
Paulo Fernandes Pires
Felipe Micheletti Bento
Fabrício José Jassi
Rodrigo Antonio Carvalho Andraus

DOI: 10.47573/aya.5379.2.267.1

02

Avaliação da saúde mental em crianças e adolescentes: desafios e métodos 16

Jaqueline Gonçalves Costa
Jessica Cinara Alves Duarte
Maria Alice Ferraz
Pedro Henrique da Rocha Pontes
Wesley Bezerra do Nascimento

DOI: 10.47573/aya.5379.2.267.2

03

Cerebelo e cognição 26

Sandra Regina dos Santos Barasch
Beatriz Cavalcanti de Albuquerque Caiuby Novaes

DOI: 10.47573/aya.5379.2.267.3

04

Alienação parental e o abandono socioafetivo..... 40

José Guilherme Rodrigues Tomaz de Souza

Ana Paula Torres Lageano

DOI: [10.47573/aya.5379.2.267.4](https://doi.org/10.47573/aya.5379.2.267.4)

05

Os impactos da sobrecarga dos estudos pré- vestibulares nas relações interpessoais dos candidatos.. 50

Julia Beatriz Barbosa Miranda

DOI: [10.47573/aya.5379.2.267.5](https://doi.org/10.47573/aya.5379.2.267.5)

Organizadores..... 64

Índice Remissivo..... 65

Apresentação

Saúde da criança e do adolescente: desafios e perspectivas – Volume 5, é uma obra atual que toca em pontos cruciais da saúde infantil e juvenil, explorando tanto as dificuldades quanto as soluções possíveis para cuidar melhor dessa população. Este livro é composto por cinco capítulos, cada um focando em um tema específico, desde a fisioterapia até os impactos da pressão dos estudos.

O livro começa discutindo como a fisioterapia pode ajudar na saúde das crianças, apontando os desafios dessa prática e como pode ser melhor integrada ao cuidado infantil. Em seguida, mergulha na saúde mental de crianças e adolescentes, mostrando como é complicado identificar e tratar problemas psicológicos nessa idade, mas também apresentando novas formas de avaliação.

O terceiro capítulo é sobre o cerebelo e seu papel não só no movimento, mas também na cognição, abrindo portas para novas abordagens de aprendizado e terapia. O livro também trata de temas sensíveis como alienação parental e abandono afetivo, explorando suas consequências na saúde mental dos jovens e sugerindo formas de lidar com essas situações.

Por fim, o livro aborda a pressão dos estudos pré-vestibulares e como isso afeta as relações sociais e a saúde emocional dos adolescentes, propondo maneiras de aliviar essa pressão.

Essencial para profissionais da saúde, educação, psicologia, responsáveis e políticos, este livro é um guia para entender e melhorar a saúde e o bem-estar de crianças e adolescentes.

Boa leitura!

Atuação fisioterapêutica na Saúde da Criança: desafios e perspectivas

Physiotherapy practice in Children's Health: challenges and perspectives

Vanessa Cristina Godoi de Paula

Odivan Bukalowski Barbosa Alves

Tiago Tsunoda Del Antonio

Ana Carolina Ferreira Tsunoda Del Antonio

Paulo Fernandes Pires

Felipe Micheletti Bento

Fabício José Jassi

Rodrigo Antonio Carvalho Andraus

RESUMO

A fisioterapia tem em seu encargo no desenvolvimento das atividades motoras funcionais da criança, através de abordagens para o ambiente em que o indivíduo se encontra, a inserção deste profissional no nível primário de atenção à saúde evidencia ainda mais a necessidade da atuação profissional da fisioterapia na saúde da criança. O constante crescimento das demandas preventivas e educativas na fisioterapia da saúde da criança no processo de crescimento e desenvolvimento da criança traz novos desafios para a consolidação de estratégias de promoção e prevenção a saúde da criança, bem como no desenvolvimento e crescimento do setor educacional na área de fisioterapia voltado a implementação de estratégias preventivas na saúde da criança e sua aderência e adesão. Neste sentido, a atuação fisioterapêutica na saúde da criança apresenta grandes perspectivas de desenvolvimento na área da saúde e educação com ênfase nas abordagens especializadas no público infantil. Em suma, evidencia-se novas perspectivas para o sistema de saúde e ensino voltado à saúde da criança.

Palavras-chave: assistência integral à saúde da criança. saúde preventiva. curso de fisioterapia.



ABSTRACT

Physiotherapy is responsible for developing the child's functional motor activities, through approaches to the environment in which the individual finds himself. The insertion of this professional at the primary level of health care further highlights the need for professional physiotherapy action in child's health. The constant growth of preventive and educational demands in child health physiotherapy in the child's growth and development process brings new challenges to the construction of child health promotion and prevention strategies, as well as in the development and growth of the educational sector in the area. of physiotherapy for the implementation of preventive strategies in children's health and their adherence. In this sense, physiotherapeutic work in children's health presents great prospects for development in the area of health and education with an emphasis on specialized approaches for children. In short, new perspectives for the health and education system aimed at child health are evident.

Keywords: comprehensive child health care. preventive health. physiotherapy course.

INTRODUÇÃO

A fisioterapia surgiu em meados do século XX, no contexto histórico de duas guerras mundiais, com vários feridos gravemente, necessitando de reabilitação e reinserção na comunidade. Baseada nesse contexto, a profissão surgiu com um caráter curativo e reabilitador, voltado para lesões, afecções e disfunções já instaladas no indivíduo (Espíndola, 2017). Os avanços tecnológicos na década de 70, permitiram que o profissional fisioterapeuta expandisse sua atuação, especialmente para uma ação mais curativa. A partir da década de 80 houve a incorporação da atuação da Fisioterapia com base na promoção da saúde e prevenção de agravos na população.

Com a necessidade da atuação fisioterapêutica na prevenção, somado ao direito à saúde como dever do Estado atualmente garantido à população brasileira por meio do Sistema Único de Saúde (Brasil, 2007b), onde SUS propõe o acesso universal, integral, igualitário e intersetorial às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, sendo as ações preventivas uma de suas prioridades (Brasil, 2007c). Somado a isso, de acordo com as diretrizes do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito), foi necessário o desenvolvimento de ações preventivas primárias, secundárias e terciárias. Tal concepção possibilitou um acompanhamento longitudinal do usuário, além de garantir um atendimento integral à sua saúde (Cavalcanti, 2011; Neves, 2011).

REVISÃO DA LITERATURA

Considerando esse conceito, existe relação entre o regimento do SUS e o papel do fisioterapeuta, uma vez que o código de ética desse profissional estabelece como uma de suas funções a atuação com caráter de prevenção. Com relação à prática fisioterapêutica voltada para a criança usualmente associada a uma subespecialidade da fisioterapia neurológica, traumato-ortopédica, reumatológica ou pneumológica, muitas vezes o profissional fisioterapeuta depara-se com situações de saúde ou de adoecimento em que

questiona suas ações e mesmo a qualidade de sua intervenção, por estar diante de um sujeito com características próprias, particulares, para o qual tanto o planejamento como as próprias ações de saúde preventiva de suporte para o desenvolvimento infantil desta criança não estão completamente atendidas nos programas de saúde (Rabello, 2010, Sá, 2013).

Entre os desafios que se apresentam no momento, em primeiro lugar está o crescimento incontestável das demandas preventivas e educativas em todos os níveis e em todas as áreas de conhecimento e atuação, sendo a saúde da criança de fundamental importância uma vez que este estão em processo de crescimento e desenvolvimento de hábitos e personalidade.

Na infância, as crianças estão sujeitas a comportamentos de risco com relação à estrutura corporal, seu sistema musculoesquelético está em processo de maturação e a exposição às acomodações inadequadas do meio escolar podem contribuir com o aparecimento de alterações posturais, ocasionando desconfortos, algias ou até mesmo, incapacidades funcionais. As dores por sua vez, limitam as experimentações sensoriais no desenvolvimento postural e o controle dos movimentos, conseqüentemente provocando limitações motoras (Penha *et al.*, 2005). Além disso, os comportamentos sedentários e hábitos alimentares, influenciam diretamente no estado de saúde e desenvolvimento infantil, sendo crescente o índice de obesidade infantil que se associa a outras doenças crônicas não transmissíveis e obesidade na vida adulta, causando prejuízos a qualidade de vida e o bem-estar infantil, permanecendo durante outras fases da vida, com conseqüências multifatoriais ao desenvolvimento infantil (Cardoso, 2021). Assim, o desenvolvimento infantil, normalmente envolve o processo de crescimento, maturação, a aquisição de competência e reorganização psicológica do ser humano, é através desses processos que a criança adquire habilidades no domínio motor, seja ele grosseiro, fino, cognitivos ou emocionais. Nesse sentido, o desenvolvimento infantil pode interferir no desenvolvimento motor, social, emocional e cognitivo (Carvalho, 2011).

Nesse contexto, desenham-se novas características do profissional de fisioterapia capaz de atender às necessidades de atenção à saúde e desenvolvimento infantil. A promoção da saúde da criança relaciona-se fortemente com os múltiplos aspectos dos modos de vida, propondo que se busquem formas de permitir vidas produtivas, no aspecto social e econômico (Rabello, 2010). O fato de o fisioterapeuta ter a seu encargo o desenvolvimento das atividades motoras funcionais, trazendo esta abordagem para o ambiente em que o indivíduo se encontra, corrobora a inserção deste profissional no nível primário de atenção à saúde destacando ainda mais a necessidade desta atuação no desenvolvimento infantil.

Ao se refletir sobre as ações de promoção da saúde das crianças, compreendendo esta como uma fase única da vida onde o desenvolvimento e o crescimento têm lugar de destaque, e ao observarmos a mudança do perfil epidemiológico que, por um lado, traz para a realidade destas o aparecimento de morbidades até então próprias dos indivíduos adultos e, por outro, o avanço tecnológico que permite a sobrevivência daquelas dependentes de tecnologia, podemos perceber a importância da incorporação da perspectiva da promoção da saúde para a atuação da fisioterapia junto a elas (Sá, 2013). Nesse sentido, é de suma importância a aplicabilidade da fisioterapia na intervenção preventiva motora,

conscientização e formação de hábitos saudáveis, para o desenvolvimento neuropsicomotor infantil, pois possibilita melhora da funcionalidade do organismo, traz experiências motoras, postura adequada para a criança atuando como forma preventiva ao desenvolvimento de doenças crônicas e alterações musculoesqueléticas e otimizando a qualidade de vida.

A abordagem à criança não se encerra nela; deve ser direcionada à criança e às suas circunstâncias. A formação profissional deve habilitar o fisioterapeuta para ser o consultor da família, muitas vezes o interventor nas fases mais precoces de riscos, como no período pré-natal, e ainda procurar ser o mediador em tudo que promova bem-estar à criança. O profissional da saúde, para cumprir essa tarefa, terá que exercer o papel de educador, de ecologista, desenvolvendo uma visão holística da saúde (Gomes, 1999). Além de orientar, e incluir a assistência à saúde a atuação de outros profissionais quando este for necessário.

É um dos desafios delegados ao docente em saúde formar profissionais conhecedores do que é particular na abordagem à criança; eles devem ser habilitados no ato de desenvolver estratégias ambientais e sociais favoráveis ao desenvolvimento potencial da criança, pois o ambiente social favorável impulsiona a aquisição de habilidades, favorece a independência funcional e também melhora o desempenho escolar (Torralva, 1999; Sanches, 2004).

As pesquisas relacionadas ao ensino em Fisioterapia são escassas. Talvez, uma das justificativas para não se realizar pesquisas na área seja a dificuldade de encontrar um referencial teórico específico. Outra justificativa, que não anula a primeira, pode estar relacionada ao perfil docente com práxis focada na assistência, tendendo a realizar pesquisas dentro de sua especialidade, ficando as práticas pedagógicas relegadas ao segundo plano (Guedes, 2013).

O professor fisioterapeuta que tem formação *Stricto Sensu* voltada para a educação apresenta uma visão mais clara a respeito das necessidades educacionais atuais. No entanto, as práticas pedagógicas mostram traços de ensino tradicional: privilégio de aulas expositivas focadas no professor; repasse de informações; avaliação somativa e apresenta dificuldades em adotar estratégias inovadoras na condução do processo de aprendizagem (Perpétua, 2005). As causas possíveis encontradas para justificar tal situação estão, muitas vezes, na contratação, pelas instituições de ensino superior (IES) particulares, de professores para atender especificamente uma ou outra disciplina, com pouco envolvimento no projeto pedagógico do curso e nas atividades curriculares de pesquisa e extensão. Outras situações apontadas seria o pouco compromisso em desenvolver ou qualificar os docentes pedagogicamente, com criatividade e reflexão sobre o modelo de ensino existente e, por fim, a pouca importância que se dá para avaliação institucional, às questões do aprimoramento no ensino de graduação causadas por inovações estratégicas de ensino. O que se avalia frequentemente é quantos professores se titularam e se tornaram mestres e doutores em um determinado período (Zedaferino, 2004). O perfil proposto para o profissional de Fisioterapia, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's), consiste em ser generalista, humanista, crítico e reflexivo, capaz de atuar em diversos níveis de atenção à saúde, baseado na exigência científica e intelectual de acordo com os princípios éticos, mas com capacidade de intervir e de conhecer acerca das extensões

biopsicossociais e de problemas ou situações de saúde-doença mais evidentes no perfil epidemiológico nacional, especificamente na sua região de ação, habilitado a agir com prudência de responsabilidade social e compromisso com a sociedade (CNE, 2002). Além disso, a educação e ensino tem se dinamizado frente a uma sociedade cada vez mais tecnológica, nesse sentido a área da saúde no que tange o âmbito educacional, necessita integrar esses recursos tecnológicos em seus contextos (Bueno, 2020).

Diversas áreas de atuação dentro da saúde se estruturaram de forma a facilitar e incentivar a prevenção e promoção em saúde seja por meio da troca de experiências de vida, da transmissão de informações, de aspectos comportamentais ou de medidas terapêuticas (Zanettini *et al.*, 2015). A promoção de prática regular de exercício físico, estímulos à hábitos de alimentares saudáveis, incentivo ao desenvolvimento motor e cognitivo, atuam de forma preventiva a fim de evitar o desenvolvimento de doenças crônicas, resultando em importantes benefícios em curto, médio e longo prazo, sendo está de responsabilidade de todo e qualquer profissional da área da saúde (Ogden, 2015; Zeng, 2017; Carvalho, 2020).

No tocante a promoção da saúde de crianças, sabe-se que existem especificidades, pois estas são vulneráveis a várias situações e necessitam possuir seu próprio espaço de assistência, tendo em vista o direito à saúde resguardada pela Constituição Federal (CF) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dessa forma, há a necessidade da atuação de uma equipe multidisciplinar elaborando um plano de cuidados e incorporando a integralidade na assistência à saúde da criança. (Da Costa, 2017). Ressalta-se que a promoção integral a saúde criança e a execução de ações preventivas e de assistência, são essenciais para a redução da morbidade e mortalidade durante a infância, pontos que afirmam o compromisso de ofertar qualidade de vida, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento adequado (Picanço, 2014).

Com base na literatura apresentada, evidencia-se o crescente avanço da fisioterapia com a ampliação das formas de atuação, e a necessidade de medidas de prevenção e promoção à saúde voltadas a saúde da criança garantindo o direito à saúde e desenvolvimento integral dos mesmos.

Destaca-se também grande potencial de avanço na formação fisioterapêutica diferenciada para o público infantil, com intuito de promoção e prevenção à saúde e desenvolvimento da criança, com estratégias de aderência e adesão continuada que abrangem o desenvolvimento motor, cognitivo, incentivo a hábitos alimentares saudáveis, e minimização dos comportamentos sedentários. O avanço no processo ensino-aprendizagem impulsiona o uso de metodologias em que o acadêmico é protagonista na busca do conhecimento, e o docente oferece elementos que impulsiona e desperte a motivação desses alunos. Inúmeras estratégias podem ser utilizadas como metodologias ativas e metodologias que exploram habilidades e potencialidades do acadêmico na exposição de conhecimento adquirido previamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, neste sentido evidencia-se novas perspectivas para o sistema de saúde e ensino voltado à saúde da criança que favoreça o desenvolvimento da criança em

sua integralidade desde a infância até a vida adulta, a fim de dar suporte para que esta criança tenha condições igualitárias de desenvolvimento independente da sua condição socioeconômica, otimizando o crescimento motor, social, emocional e cognitivo de forma integral, além de prevenir comorbidades futuras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T.T. *et al.* **Fisioterapia Motora no Desenvolvimento Neuropsicomotor Infantil/Motor Physiotherapy in Neuro-Psychomotor Child Development.** ID on line. Revista de psicologia, v. 13, n. 48, p. 684-692, 2019.

BUENO, M.B.T.; BUENO, M. M.; MOREIRA, M. I. G. **Fisioterapia e a educação em saúde: as tecnologias educacionais digitais como foco.** Revista Thema, Pelotas, v. 17, n. 3, p. 675–685, DOI: 10.15536/thema.V17.2020.675-685.1594. 2020.

CARDOSO, L.S.M. *et al.* **Premature mortality due to noncommunicable diseases in Brazilian Municipalities estimated for the three-year periods of 2010 to 2012 and 2015 to 2017.** Revista Brasileira de Epidemiologia, v.24,2021

CARVALHO, M.V.P. **O Desenvolvimento Motor Normal da Criança de 0 A 1 Ano:** Orientações para pais e cuidadores. Fundação Oswaldo Aranha Centro Universitária de Volta Redonda, 2011.

CARVALHO, A.D.S. *et al.* **Benefícios das habilidades motoras fundamentais na saúde das crianças: uma revisão narrativa.** Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida. 2020;12(2):1-11

CAVALCANTI, C.C.L. Rodrigues ARS, Dadalto TV, Silva EB. **Evolução científica da fisioterapia em 40 anos de profissão.** Fisioter Mov.;24(3):513-522. 2011.

CNE. RESOLUÇÃO CNE/CES 4/2002. **Diário Oficial da União, Brasília**, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 11

DAVID, M.L.O. *et al.* **Proposta de atuação da fisioterapia na saúde da criança e do adolescente: uma necessidade na atenção básica.** Saúde em Debate, v. 37, p. 120-129, 2013.

ESPÍNDOLA, D.S. **Evolução histórica da fisioterapia: da massagem ao reconhecimento profissional (1894-2010).** Fisioter Bras. 2017;12(5):389-394.

GOMES, P.J.A. **Criança e a nova pediatria: textos de educação.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; 1999.

GUEDES, M.J.P.; ALVES, N.B.; WYSZOMIRSKA, R.M.A.F. **Ensino e práticas da fisioterapia aplicada à criança na formação do fisioterapeuta.** Fisioterapia em Movimento, v. 26, p. 291-305, 2013.

MONIQUE, S.G.T.; DA COSTA, M.D.H. **Formação Profissional da Equipe Multiprofissional em Saúde: a compreensão da intersectorialidade no contexto do SUS.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 16, n. 2, p. 454-469, 2017.

NEVES, L.M.T.; ACIOLE, G.G. **Desafios da integralidade: revisitando as concepções sobre o papel do fisioterapeuta na equipe de Saúde da Família.** Interface (Botucatu);15(37):551-564. 2011

OGDEN, C.L. *et al.* **Prevalence of Obesity Among Adults and Youth: United States, 2011–2014.** Centers for Disease Control and Prevention.1(219):2-8. 2015.

PENHA, P. J. *et al.* **Postural assessment of girls between 7 and 10 years of age.** Clinics, v.60, n.1, p.9-16, 2005.

PERPÉTUO, A.M.A. **A prática pedagógica do fisioterapeuta docente.** [dissertação]. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2005.

PICANÇO, M. *et al.* **Cuidado integral da saúde da criança e do adolescente.** 2014.

RABELLO, L.S. **Promoção da saúde:** a construção social de um conceito em perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Ed Fiocruz; 2010.

TORRALVA, T. *et al.* **Desarrollo mental y motor em los primeros años de vida:** su relación com la estimulación ambiental y el nivel socioeconômico. Arch. ;97(5)306. 1999.

SÁ, M.R.C.; GOMES, R. **A promoção da saúde da criança:** a participação da Fisioterapia. Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, n. 4, p. 1079-1088, 2013.

SANCHES, S.D.O; GUERRA, L.; LUFT, C.D.B.; ANDRADE, A. **Perfil psicomotor associado a aprendizagem escolar.** Enfermeria Del Deport y la actividad para la Salud.79(10). 2004.

SUS. Sistema único de saúde. **Aspectos gerais.** Disponível em: Acesso em: 28 maio 2007b.

SUS. Sistema único de saúde. **O que é o SUS.** Disponível em: Acesso em: 28 jul. 2007c.

ZANETTINI, A. *et al.* **Quem canta seus males espanta:** um relato de experiência sobre o uso da música como ferramenta de atuação na promoção da saúde da criança. Revista Mineira de Enfermagem, v. 19, n. 4, p. 1060-1069, 2015.

ZEDAFERINO, A.M.B.; BARROS, A.F. **A capacitação docente:** experiências da pós-graduação da saúde da criança e adolescente com a disciplina Pedagogia Médica e Didática Especial na FCM/UNICAMP. In: Batista NA, Batista SHS. Docência em Saúde: temas e experiências. São Paulo: SENAC; p. 225-35. 2004.

ZENG, N. *et al.* **Effects of physical activity on motor skills and cognitive development in early childhood: a systematic review.** BioMed Research International. 1(1):1-13. 2017.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Editora por nos proporcionar um ambiente de crescimento, agradeço aos meus orientadores Fabrício José Jassi e Rodrigo Antonio Carvalho Andraus por todos ensinamentos e forma humana ao conduzir esse processo, agradeço ao Tiago Del Antonio Tsunoda e Paulo Fernandes Pires, pelo aprendizado e diligencia, e a todas as pessoas que de alguma forma fizeram parte desse projeto.

Avaliação da saúde mental em crianças e adolescentes: desafios e métodos

Jaqueline Gonçalves Costa

Jessica Cinara Alves Duarte

Maria Alice Ferraz

Pedro Henrique da Rocha Pontes

Wesley Bezerra do Nascimento

RESUMO

Este estudo científico aborda a complexidade inerente à avaliação da saúde mental em crianças e adolescentes, destacando os desafios específicos associados a essa faixa etária. A crescente conscientização sobre a importância da saúde mental na infância e adolescência ressalta a necessidade de desenvolver métodos eficazes de avaliação que considerem as peculiaridades do desenvolvimento psicológico nesses estágios. O estudo inicia destacando a importância da detecção precoce de problemas de saúde mental, enfatizando o impacto significativo que tais questões podem ter ao longo da vida. No entanto, os desafios enfrentados na avaliação desses grupos populacionais incluem a comunicação limitada das crianças, a influência de fatores ambientais e a variedade de manifestações clínicas que podem se apresentar de maneira distinta em comparação com adultos. Para superar esses desafios, são explorados diversos métodos de avaliação, incluindo instrumentos padronizados, entrevistas clínicas adaptadas para crianças e adolescentes, além de abordagens inovadoras que incorporam tecnologias modernas. A discussão destaca a necessidade de uma abordagem multidimensional que leve em consideração fatores biológicos, psicossociais e culturais na avaliação da saúde mental. Em conclusão, o estudo destaca a urgência de avançar no desenvolvimento de métodos de avaliação que sejam sensíveis às particularidades da saúde mental em crianças e adolescentes. A superação desses desafios é essencial para proporcionar intervenções precoces e eficazes, visando a promoção do bem-estar psicológico e o desenvolvimento saudável dessas populações em fase crucial de formação.

Palavras-chave: criança. adolescente. saúde mental. CAPS.

ABSTRACT

This scientific study addresses the complexity inherent in assessing mental health in children and adolescents, highlighting the specific challenges associated with this age group. The growing awareness of the importance of mental health in childhood and adolescence highlights the need to develop effective assessment methods that consider the peculiarities of



psychological development at these stages. The study begins by highlighting the importance of early detection of mental health problems, emphasizing the significant impact that such issues can have throughout life. However, challenges faced in evaluating these population groups include children's limited communication, the influence of environmental factors, and the variety of clinical manifestations that may present differently compared to adults. To overcome these challenges, various assessment methods are explored, including standardized instruments, clinical interviews adapted for children and adolescents, as well as innovative approaches that incorporate modern technologies. The discussion highlights the need for a multidimensional approach that takes into account biological, psychosocial and cultural factors in the assessment of mental health. In conclusion, the study highlights the urgency of advancing the development of assessment methods that are sensitive to the particularities of mental health in children and adolescents. Overcoming these challenges is essential to provide early and effective interventions, aiming to promote the psychological well-being and healthy development of these populations at a crucial stage of formation.

Keywords: child. adolescent. mental health. CAPS.

INTRODUÇÃO

Embora a adolescência seja um período crítico e vulnerável, é na infância que muitos problemas psicológicos começam a se desenvolver. Entretanto, diversos fatores podem estar relacionados para a construção e desenvolvimento desses transtornos mentais. Foi realizada uma pesquisa no centro de atenção psicossocial no município de Saloá, interior de Pernambuco, com o intuito de mostrar os possíveis diagnósticos e motivos que acometem a saúde mental nessa faixa etária específica. A história das políticas de defesa dos direitos das crianças e adolescentes tem como algumas de suas marcas o controle do Estado sobre esses indivíduos e a construção de um modelo de assistência centrado na institucionalização, com o objetivo de garantir a proteção social. O ECA (Estatuto da Criança e Adolescente), afirma, conforme o Art. 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Brasil, 1990).

Além disso, a criança e o adolescente tendem, tanto quanto os adultos, a ter problemas de saúde, seja ele físico, social ou mental. Diversos fatores estão interligados para com o desenvolvimento desses problemas com os indivíduos. Diante disso, se faz necessário o acompanhamento profissional em várias áreas, pois é fundamental para uma avaliação da saúde do menor. Analisar e compreender que os reflexos da infância, ditam o futuro comportamento e reações dessas crianças e adolescentes, trazendo diferentes pontos de vista e estratégias para a sociedade lidar com isso o quanto antes. As redes de apoio emocionais são essenciais, além de cuidados básicos, que influenciam muito na criação desses menores.

Ter a capacidade de compreender como cuidar e ensinar as crianças e adolescentes serem bons indivíduos, vai muito além de ensinamentos. O reflexo de criações parentais conta muito também, pois crianças e adolescentes tendem a elaborar o "certo e errado",

a partir de convivências familiares. Em um mundo ideal, todas as famílias teriam empatia, respeito, paciência e compreensão com os menores, mas infelizmente existem muitos lares em que não se encontra o básico de convivência socialmente estável. A falta de respeito e a omissão de cuidados são alguns aspectos e características encontradas em lares em que as crianças se encontram.

Tais aspectos segundo Gonçalves *et al.* (2007, p.19) relatam que:

O relacionamento inseguro da criança com seus cuidadores é um outro ponto importante para se compreender os sintomas de ansiedade. Baseado nas reações dos pais e no tipo de relacionamento estabelecido entre pais e filhos, é que a criança pequena cria seu próprio modelo de funcionamento interno frente às situações da vida. Ao crescer, outras pessoas e influências se incorporam à forma como uma criança lida com a ansiedade. Os conflitos conjugais, a forma como o pai ou a mãe se relaciona com o cônjuge, o relacionamento entre irmãos, as estratégias educativas dos pais, as crenças dos pais sobre os filhos são outros aspectos que podem estar associados aos transtornos de ansiedade na infância.

A princípio existem alguns órgãos que são responsáveis pela estabilidade da moralidade infantil, alguns deles são polícias (Paschoalin, *et al.*, 2022, p. 37-38). militares e civis, conselhos tutelares, ouvidorias, CEDECAS (Centro de defesa da criança e do adolescente), o CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), entre outros. Por mais que existam esses órgãos, algumas profissões podem e têm um papel importante para com os casos, onde o profissional poderá recorrer, seja por indicação ou por denúncia de negligência com os menores. Um bom exemplo seria o de profissionais enfermeiros, onde na atenção básica ou secundária com consultas e questionários orais, teriam noção da necessidade deste público, a partir da anamnese.

As coletas de dados são importantes, para que, dependendo do caso, tenha-se a oportunidade de uma possível denúncia ou ajuda ao paciente vítima de maus tratos e negligências, sejam físicas ou mentais. A saúde mental é um direito de todos e isso também se aplica ao de menor, onde em alguns casos as suas vontades e necessidades não são levadas a sério, na maioria das vezes por motivos culturais, onde a criança e adolescente não tem poder de fala sobre decisões que às vezes implicam até na própria vida.

Visto que, a infância e adolescência moldam as pessoas para a vida adulta, se o indivíduo passa por situações traumáticas que causam pressão psicológica e algum tipo de transtorno, conseqüentemente será um adulto com a saúde mental abalada. É preciso atenção com um olhar observador e a família perceber mudanças e atitudes das crianças, principalmente e mais especificamente na adolescência, pois as personalidades se desenvolvem de acordo com padrões de pensamentos e comportamentos.

Segundo o livro de saúde mental e suicídio adolescência: contribuições da psicologia sócio-histórica os dizeres de Bock (2004), foi o psicanalista Erik Erikson¹¹ quem situou a adolescência como uma fase especial no processo de desenvolvimento humano. Com base em seus estudos da psicologia do desenvolvimento, Erikson ressaltou que nesta fase, além de existir uma confusão de papéis, encontrar-se-iam dificuldades de se estabelecer uma identidade própria. Com isso queremos dizer que a adolescência foi sendo concebida como uma fase difícil, problemática e negativa, permeada por bobagens da idade.

De acordo com Bock (2004):

No Brasil, os psicanalistas Arminda Aberastury e Maurício Knobel introduziram a

compreensão da denominada 'síndrome normal da adolescência', uma fase do desenvolvimento semipatológica que se apresenta permeada por conflitos naturais. Paulatinamente, ocorre a associação de muitos comportamentos ao quase patológico, mas que paradoxalmente são normais na adolescência. E, ao mesmo tempo em que patologiza, esse modo de olhar a adolescência, concebendo-a como normalmente anormal, pode contribuir para ocultar experiências reais de sofrimento psíquico (Paschoalin, *et al.*, 2022, p. 37-38).

Procurar ajuda profissional de imediato segue sendo a melhor opção, porém a família e a escola precisam estar em conjunto acordo para atender e entender esses eventuais casos, já que os menores passam uma grande parte da rotina nos centros de ensino. O objetivo geral deste artigo é mostrar o quanto delicada é essa fase da vida e enfatizar todos os possíveis problemas que podem acometer as crianças e adolescentes se não houver apoio familiar e uma ajuda profissional adequada, além de citar programas de políticas públicas que atuam em prol desses indivíduos. Assim informando e contribuindo de forma significativa para com a sociedade sobre os cuidados necessários da saúde mental nessas faixas etárias.

METODOLOGIA

A base metodológica deste artigo consiste em mostrar os casos de adoecimentos mentais na infância que se estendem e se agravam na adolescência e suas possíveis causas para os acometimentos. Durante o estudo de caso, foi realizada uma pesquisa em um centro especializado sobre o assunto. Mostrando de forma específica algumas das principais causas que desencadeiam os problemas e suas consequências para os menores, com exemplos dos casos do CAPS do município de Saloá-PE, sistematizadas com apoio de bases bibliográficas. Contribuindo assim para o conhecimento da sociedade e levando informações úteis para ajudar em situações tão delicadas que requerem muita atenção e cuidado.

Foi sucedida uma entrevista com a coordenadora da unidade, onde a mesma forneceu dados de alguns casos atendidos pela equipe. Referente ao mês de outubro de 2023. A Partir disso, os métodos e desafios da elaboração deste estudo tem como base pesquisas de campo, gráficos ilustrativos e referências bibliográficas para agregar de forma significativa e enriquecer as informações prestadas aos leitores. A unidade CAPS de Saloá foi escolhida por ser referência em qualidade de atendimento e acolhimento.

As bases bibliográficas foram utilizadas para o embasamento do assunto, citando alguns motivos que causam os adoecimentos mentais. Para o desenvolvimento desse estudo, foram feitas pesquisas e buscas nas bases de dados da internet, como sites conhecidos e confiáveis, tendo exemplos como o GOV (plataforma digital de relacionamento do cidadão com o governo federal brasileiro), Nações Unidas Brasil (fundo das Nações Unidas), WHO (World Health Organization), Bases de dados bibliográficas como *A Ansiedade em crianças: Um olhar sobre transtornos de ansiedade e violências na infância e Saúde Mental e Suicídio na Adolescência: contribuições da psicologia Sócio-Histórica*. Tais estratégias foram adotadas para garantir maior abrangência e recuperação dos estudos nas bases de dados. Como critérios de inclusão, a partir do momento onde se identifica que o tema abrange lugares e pessoas no mundo todo, foram selecionados materiais por meio do idioma inglês e português, com limites entre 2007 e 2023 para obter uma atualização sobre o tema tratado.

A metodologia adotada visa não apenas analisar casos específicos, mas também contribuir para um entendimento mais amplo dos desafios relacionados à saúde mental em crianças e adolescentes. A relevância prática destes métodos reside na possibilidade de orientar intervenções e políticas mais eficazes nesse contexto sensível. Esta abordagem metodológica, alinhada às normas técnicas e científicas, busca não apenas responder às questões propostas, mas também agregar conhecimento significativo ao campo da saúde mental infanto-juvenil.

Adoecimento mental no público infantil nos dias atuais e o apoio profissional

Sabe-se que a quantidade de casos relacionados à saúde mental cresceu muito nos últimos anos, principalmente devido à pandemia do covid-19, que desestruturou a todos, trazendo experiências traumáticas, estresses, mudanças bruscas na rotina e nas relações afetivas. Vários fatores levaram ao risco de vir a desenvolver e agravar os transtornos mentais.

Segundo dados da organização mundial de saúde, a prevalência global de ansiedade e depressão aumentou em 25%. A maioria dos efeitos causados pela pandemia nas crianças e adolescentes foram devido ao fechamento das escolas, o isolamento social e a imposição de restrição à liberdade. Fala-se muito de acompanhamento profissional para essas questões e esse acompanhamento abrange diversos profissionais, existe toda uma equipe multiprofissional que pode estar dando suporte nessas questões como, por exemplo: profissionais médicos, enfermeiros, psiquiatras, assistente sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, pedagogos, técnicos de enfermagem, cargos administrativos e outras categorias profissionais. A formação desse grupo especializado deve estar adequada, de acordo com as necessidades de cada indivíduo.

Entretanto existem centros especializados em saúde mental para crianças e adolescentes, chamados de CAPSi (centro de atenção psicossocial infanto-juvenil) porém estes centros fogem da realidade nas cidades do interior, onde existem os CAPS I que acabam atendendo algumas demandas infantis por falta de local especializado.

Algumas modalidades do serviço do CAPS só serão encontradas em determinadas cidades com determinados números de habitantes. Algumas atribuições são de suma importância na ajuda terapêutica com os menores. A atribuição do profissional médico no tratamento é preservar e fortalecer os laços parentais, elaborando planos de tratamentos individuais junto com a equipe. Além de estar responsável pela prescrição de medicamentos. Já o papel do enfermeiro em conjunto, é planejar, programar e avaliar, além de executar assistência em pacientes individuais ou em grupo. Atuando junto aos pacientes, familiares e equipe, para obter resultados positivos, sejam físicos e mentais.

O profissional psicólogo tem atribuições de acolhimento, coordenação dos pacientes e inserção nas oficinas de grupos terapêuticos, além dos atendimentos individuais com técnicas psíquicas para avaliar, compreender e tratar cada indivíduo. Já o profissional psiquiatra tem como função tanto atender os portadores de sofrimento mental, quanto supervisionar as unidades psiquiátricas hospitalares referentes a seu território, capacitar a equipe da atenção básica em saúde, além de realizar e manter atualizado o cadastro de pessoas usuárias de medicações psicotrópicas.

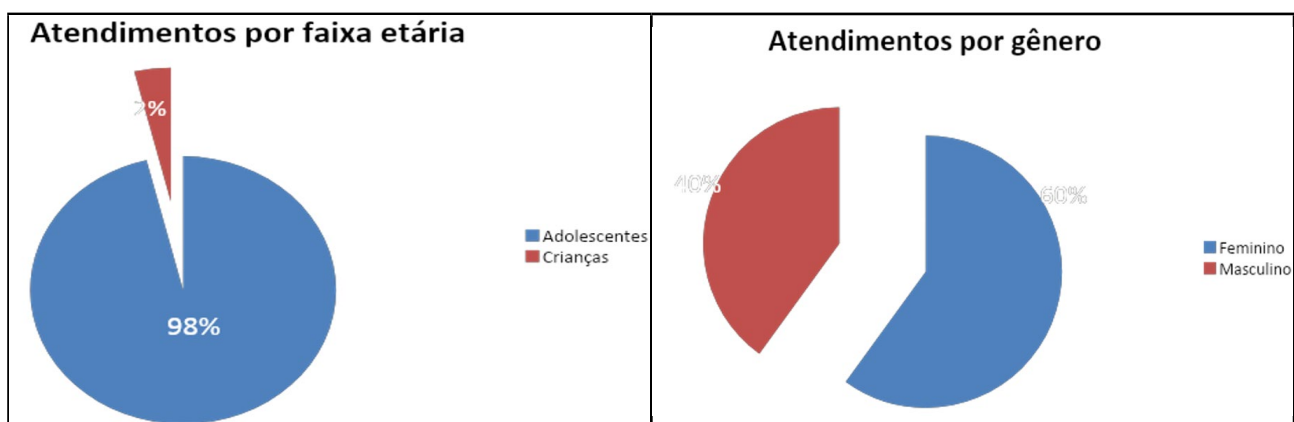
O assistente social integra a equipe profissional, reconhecendo os indivíduos em sua integralidade, inserido em seu contexto de vida, visando ao resgate das características dos territórios nos quais vivem e a realização dos objetivos propostos pela política de saúde mental, que condizem com a meta de reinserção social. O terapeuta ocupacional tem algumas atribuições, entre elas estão a de intervir no cotidiano das crianças e adolescentes, avaliando o desempenho ocupacional em áreas de autocuidado, trabalho, lazer, capacidades cognitivas, sensoriais, motoras e sociais, melhorando o dia a dia de seus pacientes ao possibilitar meios para que realizem atividades cotidianas.

E por que não destacar o trabalho do pedagogo? O profissional da educação que também pode contribuir na saúde mental, para garantir a reabilitação da criança ou do adolescente, desenvolvendo novas habilidades e reforçando habilidades perdidas devidas acometimento do problema psíquico. O pedagogo em sua função deve planejar atividades, de modo que, esta possa atender as necessidades das crianças e adolescentes em questão.

RESULTADOS

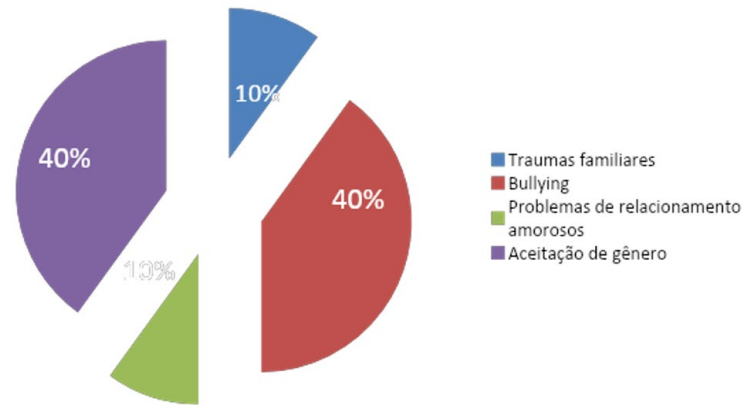
Tendo em vista os casos de adoecimentos mentais em crianças e principalmente em adolescentes, foi realizada uma breve pesquisa no CAPSI no município de Saloá, interior de Pernambuco. Com intuito de mostrar a necessidade e a importância para as crianças e adolescentes desse tipo de atendimento ofertado. O CAPSI atende toda a demanda do município em questão, casos mais leves são encaminhados para o ambulatório do Hospital Municipal Josina Godoy, onde também existem profissionais capacitados para atender essas demandas. Em casos mais graves, de ansiedade e depressão fortes o CAPSI tenta dá todo o suporte necessário, já que na realidade do interior ainda não existem locais apropriados como o CAPSi, citado anteriormente.

No resultado da pesquisa no CAPSI Saloá, foram atendidos cerca de 50 adolescentes e apenas 02 crianças no mês em questão. Sendo a prevalência do gênero feminino, cerca de 65% enquanto o masculino conta apenas com 35% dos atendimentos. Visto que o público feminino busca com mais frequência o cuidado com a saúde. Por isso existe essa predominância. Os gráficos abaixo estão representando a pesquisa realizada no CAPS I Saloá, Pernambuco. Visando a amostra ilustrativa das porcentagens e dados da mesma.



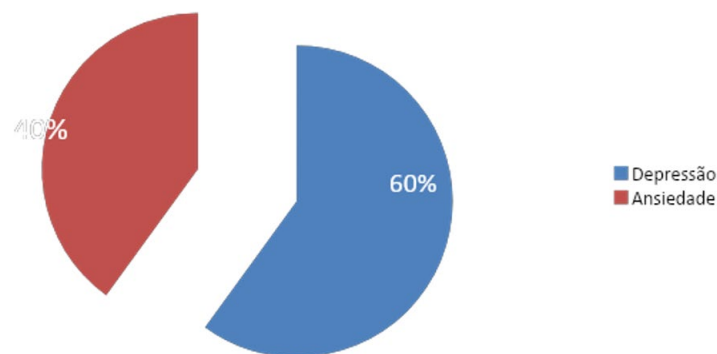
Após consultas com os profissionais, pode-se observar que os adolescentes são o maior público e os principais motivos de estarem utilizando os serviços estão relacionados com traumas familiares, problemas de relacionamentos amorosos, bullying e problemas no processo de aceitação de gênero.

Motivos para a procura do atendimento



Resultando nos principais diagnósticos, sendo a depressão e a ansiedade, assim relatadas pelos profissionais que ali atuam. Tendo maior prevalência, cerca de 60% casos de depressão e 40% casos de ansiedade.

Principais diagnóstico



Gráficos ilustrativos sobre a pesquisa realizada no município de Saloá-PE. Fonte: Elaborado pelos autores com dados do CAPS Saloá-PE, 2023.

A Depressão e a ansiedade são consideradas as doenças do século, doenças essas que existe todo um preconceito em volta, a maioria das pessoas, seja por falta de conhecimentos sobre os casos ou por simplesmente não acreditarem, tendem a julgar as pessoas que sofrem desses problemas, de forma depreciativa, chegando a falar que é “frescura”. Preconceitos esses que atrapalham no controle dos sintomas. No caso da depressão, por exemplo, quando o paciente começa a sentir tristeza e desânimo, há uma grande tendência ao isolamento social, fazendo-o viver esse sofrimento de natureza psicológica de forma individualizada por muitas vezes não obter ajuda e ser julgado de forma hostil. Onde deveria ocorrer o contrário, ter um apoio emocional e ou psicológico ajudando consideravelmente no tratamento da doença e na evolução da sua melhora.

O bullying, por exemplo, e os impactos causados por ele podem ser muito graves, ocasionando desmotivação, inseguranças, ansiedades e baixa estima. Existem alguns tipos, mas um muito conhecido e atual é cyberbullying, também chamado de bullying digital, onde a exposição precoce do jovem a internet acaba trazendo malefícios para a saúde do mesmo.

Alguns motivos que podem ser citados a respeito do cyberbullying é a exposição a comentários maldosos e negativos, afetando ainda assim a forma que o exposto lida com esse tipo de abordagem, há questão sobre comparações, onde o internauta cria problema

inexistente, tanto sobre o seu redor, quanto sobre sua aparência e saúde. Fazendo com o que, muitas vezes esses adolescentes se isolem e não queiram participar do ciclo social, o que ocasiona o adoecimento mental.

Destacando a questão de processo de aceitação de gênero, outro motivo bem pertinente e que ocorre muito nos dias atuais; Algumas crianças e principalmente adolescentes, como visto na pesquisa, recusam seu sexo de atribuição, apesar de ser seu sexo biológico, e não é por escolha ocasional, isso reflete com grande impacto na saúde mental dos mesmos, muitos por questões de aceitação própria, como também a aceitação da sociedade, uma série de preconceitos a serem enfrentados, muitas vezes até mesmo e principalmente pela própria família, que na grande maioria dos casos não compreendem a situação e tendem a ignorar e rejeitar aquele adolescente em questão, diminuindo suas vontades pessoais e aumentando assim a gravidade do caso mental, onde o adolescente deveria ter um apoio emocional e não uma rejeição para tentar obter ajuda e conseguir enfrentar melhor o processo, que já não é fácil.

Nesses casos os adolescentes tendem a sair por conta própria ou serem expulsos do próprio lar, onde na maioria das vezes não tem para onde ir, tendo assim, as experiências negativas e as probabilidades aumentadas sobre prejuízo com seu futuro, além dos prejuízos com a saúde mental e carência de apoio.

No CAPS também tem a partida para lidar com possíveis e já diagnosticados transtornos mentais, como por exemplo, a bipolaridade onde se caracteriza por variações acentuadas no humor do menor, com crises de depressão e “mania”. Tem-se também a ansiedade crônica, onde a criança ou adolescente sente nervosismo e preocupação excessiva em relação a diversas atividades e acontecimentos na rotina.

A esquizofrenia é uma pauta recorrente no tratamento nessas unidades, onde os jovens pacientes são diagnosticados ao serem identificados sintomas como delírio, alucinações, pensamentos e falas desorganizadas, além de comportamentos inadequados. Os sintomas em crianças costumam ter início gradualmente e se tornam mais graves que os adolescentes ou adultos. Além disso, há uma probabilidade maior de que o raciocínio seja prejudicado.

Outro ponto e também com sua importância, é a questão dos chamados TOC (Transtorno obsessivo compulsivo), onde a criança ou adolescente tem obsessões sem o autocontrole. O TOC na infância e adolescência pode afetar a vida emocional, social e comprometer o rendimento escolar à medida que os pensamentos obsessivos, rituais e compulsões os tornam mais desatentos. E se tratando de aprendizagem, não podemos deixar de citar sobre o TDAH (transtorno do déficit de atenção com hiperatividade). É um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo toda a sua vida. Onde os principais sintomas em crianças e adolescentes são: desatenção, inquietude e impulsividade, em uma intensidade que traz prejuízos relacionados à interação social em vários aspectos, porém sintomas esses que se tornam mais brandos na fase adulta.

As crianças que possuem TDAH passam por acompanhamento especializado para tratamento e melhora dos sintomas, o tratamento inclui medicamentos e psicoterapia. Se tratando de transtornos de ansiedades, algumas fobias se enquadram no tema, onde a

criança e adolescente tendem a ter fobias específicas para a idade. O medo de animais, injeções, altura, escuridão e ruídos intensos. Lembrando que esse tipo de problema mental precisa de acompanhamento psicoterapêutico, para melhoria da convivência ou total resolução dos casos. Os casos ligados a essas fobias estão geralmente relacionados a interações negativas, o mau condicionamento perante aos eventos, fazendo que o cérebro continue projetando maldades que tais questões podem vir a causar.

A violência sexual também é tema e pauta para com as crianças e adolescentes. Segundo o Gov.:

Nos quatro primeiros meses de 2023 foram registradas, ao todo, 69,3 mil denúncias e 397 mil violações de direitos humanos de crianças e adolescentes, das quais 9,5 mil denúncias e 17,5 mil violações envolvem violências sexuais físicas – abuso, estupro e exploração sexual – e psíquicas. Os casos dessa malfeitoria não param de ocorrer, onde as crianças e adolescentes são submetidos a esse tipo de experiência traumática (Brasil, 2023).

Por mais que a indicação seja o acolhimento familiar, vários casos são acometidos por meios familiares, dificultando a abertura que a vítima possa ter nesse meio. O CAPS se encarrega de receber as vítimas e dar a cobertura e apoio necessário para tratar os resultados negativos que o tipo de experiência venha a acometer. Além da equipe multidisciplinar, a família é de fundamental importância durante o tratamento, pois a banalização do caso pode trazer inúmeros tipos de frustrações e angústias pessoais. Estratégias que servem para a progressão e a transmissão de aprendizados e autoconhecimento são de suma importância para as crianças e adolescentes. Um bom ponto e local onde se podem inserir métodos para a informação, é a escola. O ambiente escolar tem livre demanda para projetos voltados ao aprendizado em saúde mental dos próprios alunos.

A inserção de brincadeiras didáticas, palestras e alta base de informações, são de suma importância nessa fase, onde as crianças e adolescentes precisam de um apoio para com a realidade. A saúde mental na escola deve ser uma preocupação constante das instituições de ensino, pois esse é um local no qual podem aparecer diversas situações capazes de desencadear desequilíbrio emocional. Trabalhar a saúde mental nas escolas é uma forma de promovê-la e prevenir transtornos mentais. Além disso, há evidências que uma mente fragilizada não tem o poder cognitivo apropriado para absorver informações dadas em aulas.

Um exemplo de situação também muito recorrente nas escolas é a gravidez na adolescência, sendo um momento muito delicado que requer um cuidado e uma atenção maior para com a adolescente. A adolescência é um período da vida rico em manifestações emocionais, caracterizadas por ambiguidade de papéis, mudança de valores e dificuldades à procura de independência pela vida. A gravidez na adolescência, na maioria das vezes é encarada de forma negativa, do ponto de vista emocional e financeiro para as adolescentes e suas famílias, alterando de forma brusca sua rotina, onde a mesma enfrenta desafios quanto ao acompanhamento profissional e ao mesmo tempo, a pressão social e familiar para lidar com o acontecimento. A saúde da jovem gestante precisa ser levada a sério, pois além de ser a primeira gestação, há uma nova rotina com novos conceitos e um novo mundo descoberto para a mesma. Em pesquisa realizada pela ONU, o Brasil tem 68,4 bebês nascidos de mães adolescentes a cada mil meninas de 15 a 19 anos.

No Brasil tem 21 milhões de adolescentes com idade entre 12 e 17 anos, sendo

cerca de 300 mil crianças que nascem de mães nessa faixa etária. As repercussões na saúde mental provocadas pela gravidez durante esse período têm espectro variado e incluem: sofrimento psicológico, abandono escolar, desenvolvimento de hábitos etilistas, ideação suicida e tentativa de suicídio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, infere-se que a avaliação de risco à saúde mental abrange diversos fatores, sendo importante considerar fatores ambientais, educacionais, sociais e biológicos. Observou-se a necessidade da atenção para com o público infanto-juvenil devido à vulnerabilidade da faixa etária e os diversos transtornos, traumas e problemas que podem acometer a saúde mental desse público, mostrando de forma um pouco detalhada sobre os motivos que podem ocasionar o adoecimento mental e os tipos de diagnósticos mais encontrados, como por exemplo, a depressão e a ansiedade que são consideradas doenças do século e interferem de forma negativa no desenvolvimento dessas crianças e adolescentes acarretando vários prejuízos na infância e adolescência.

Por meio das referências bibliográficas e da pesquisa realizada no CAPS no município de Saloá-PE, se mostra, no entanto, o quão importante se faz pesquisas relacionadas a temáticas adjacentes como estas. O objetivo deste artigo é apresentar os motivos pelos quais esse público sofre com determinados diagnósticos e informar toda a equipe multiprofissional que atendem esse tipo de demanda de casos e suas funções específicas para com o atendimento. Mostrando de uma forma mais realista possível, as situações que nos exigem mais atenção e cautela, seja quanto à população, família, escola ou profissional, mostrando a importância de cada um, para com os casos que acontecem e o apoio necessário em cada situação encontrada. Contribuindo de forma significativa para o conhecimento da sociedade como um todo, com intenção de colaborar com os cuidados necessários para saúde mental do público infanto-juvenil.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Gov., **Ministério dos Direitos Humanos e da cidadania**. Publicado em 17 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/disque-100-registra-mais-de-17-5-mil-violacoes-sexuais-contras-criancas-e-adolescentes-nos-quatro-primeiros-meses-de-2023>. Acesso em 14 de nov. de 2023.
- BRASIL. República, Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 169º da Independência e 102º da República**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm#:~:text=Art.%203%C2%BA%20A%20crian%C3%A7a%20e,f%C3%ADsico%2C%20mental%2C%20moral%2C%20espiritual. Acesso em 05 de nov. de 2023.
- BRASIL. Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA sigla em inglês), **Brasil segue com índices elevados de gravidez na adolescência**. 19 de setembro de 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/199938-unfpa-brasil-segue-com-indices-elevados-de-gravidez-na-adolescencia>. Acesso em 03 de nov. de 2023.
- GONÇALVES, Simone. *et al.* **Ansiedade em crianças: um olhar sobre transtornos de ansiedade e violências na infância**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- WHO. World Health Organization, **Early evidence of the pandemic's impact: Scientific brief**. Publicado em 02 de Março de 2022. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/WHO-2019-nCoV-Sci_Brief-Mental_health-2022.1. Acesso em 10 de nov. de 2023.
- PASCHOALIN, Raíssa. *et al.* **Saúde Mental e Suicídio na Adolescência: contribuições da Psicologia Sócio-Histórica**. Curitiba: Editora CRV, 2022.

Cerebelo e cognição

Sandra Regina dos Santos Barasch

Beatriz Cavalcanti de Albuquerque Caiuby Novaes

RESUMO

Nas últimas três décadas vêm ocorrendo uma grande quebra de paradigmas na neurociência, com a descoberta das funções cognitivas e afetivas cerebelares. O cerebelo, considerado de fundamental importância para as funções motoras e de equilíbrio, passou a ser estudado quanto ao seu papel nas funções não motoras. São três os pilares que sustentam as evidências científicas destas descobertas: 1) estudos neuroanatômicos que evidenciam as conexões cerebelares também com áreas associativas e límbicas do cérebro; 2) estudos neuropsicológicos de pacientes com lesões restritas ao cerebelo, que evidenciam déficits em quatro domínios: linguagem, funções executivas, funções visuoespaciais e comportamento/humor, caracterizando a Síndrome Cognitiva Afetiva Cerebelar; 3) estudo de neuroimagem funcional em indivíduos saudáveis, que evidenciam a ativação cerebelar durante as tarefas cognitivas e afetivas. O cerebelo atua como um coadjuvante cerebral para estas funções, da mesma forma que o faz para as funções motoras; adequando, aperfeiçoando e otimizando as funções corticais cerebrais. Diante de constatações de que quanto mais precoce a lesão cerebelar, piores são os déficits cognitivos e afetivos (Herculano-Houzel 2009), sugere-se que o cerebelo tenha um papel importante para o neurodesenvolvimento e na fisiopatologia dos seus transtornos.

Palavras-chave: neurocognição cerebelar. neurodesenvolvimento. síndrome cognitiva afetiva cerebelar.

INTRODUÇÃO

Durante mais de dois séculos os estudos sobre o cerebelo restringiram-se às suas funções motoras e de equilíbrio. Porém, nos últimos trinta anos, novas descobertas evidenciaram que o papel do cerebelo para os seres humanos é muito mais amplo. Atualmente, existem evidências robustas de que o cerebelo tem um papel importante nas funções cognitivas e afetivas, o que vem revolucionando a neurociência e trazendo luz para desvendar os mistérios das disfunções cognitivas e afetivas tão prevalentes em nossos dias.

BASES CIENTÍFICAS DAS FUNÇÕES COGNITIVAS E AFETIVAS CEREBELARES

O cerebelo é uma estrutura encefálica infratentorial, localizado na

Saúde da criança e do adolescente: desafios e perspectivas - Vol. 5

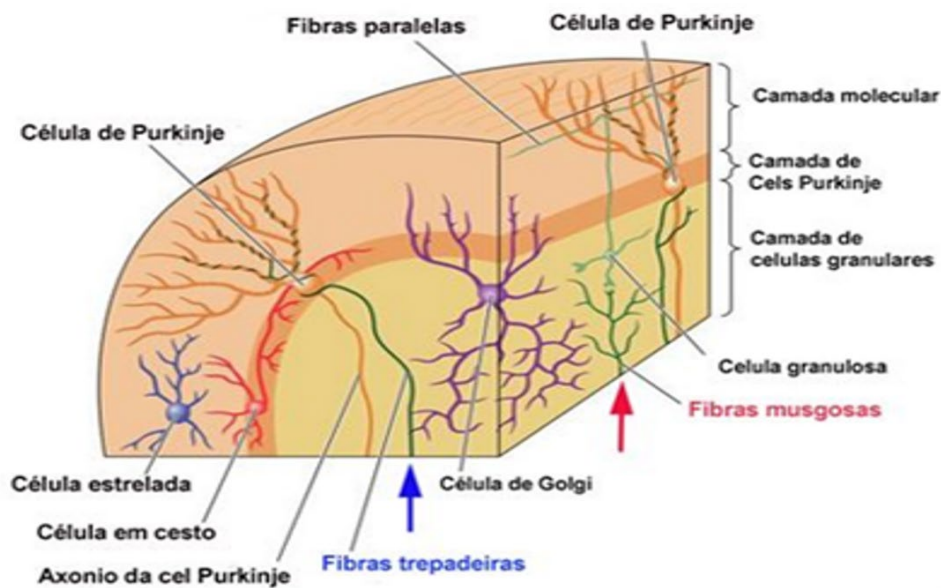
DOI: 10.47573/aya.5379.2.267.3



fossa posterior do crânio, que ocupa apenas 10% do volume encefálico. Porém, de acordo com estudos recentes e a recontagem dos neurônios encefálicos ((Herculano-Houzel 2009), no cerebelo encontra-se cerca de 80% dos neurônios de todo o encéfalo.

Estes neurônios cerebelares estão distribuídos em três camadas do córtex (camada molecular, de células de Purkinje e de células granulares) e em seus núcleos centrais (denteado, emboliforme, globoso e fastigial), e em seus núcleos centrais, e formam entre si microcircuitos internos como pequenos módulos funcionais computacionais, que estão distribuídos de forma homogênea por toda a sua extensão. (Fig. 1). Ou seja, a citoarquitetura cortical cerebelar é homogênea e, por este motivo, possui um modelo operacional semelhante em qualquer região. Esta homogeneidade cortical faz com que suas funções não sejam determinadas por seus circuitos internos, e, sim, por suas conexões externas.

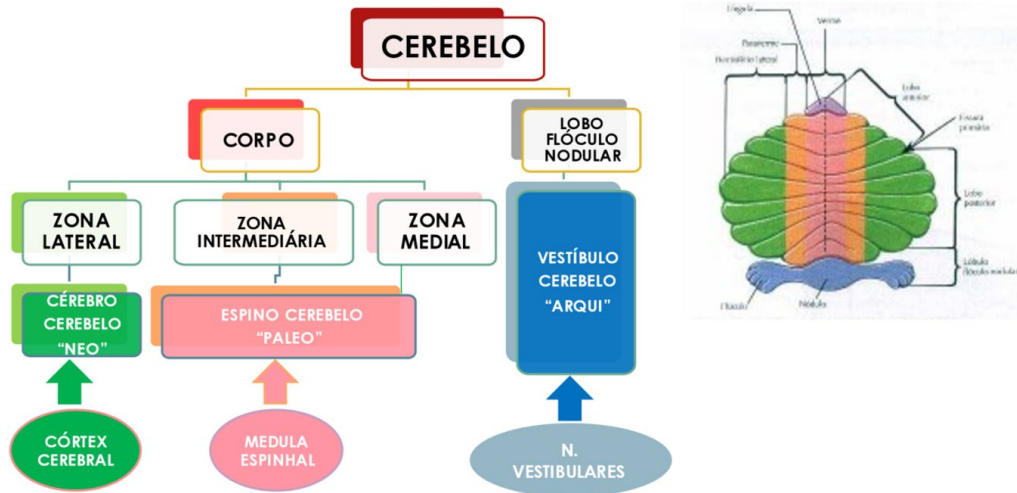
Figura 1- Esquema da citoarquitetura do córtex cerebelar.



CONEXÕES EXTERNAS CEREBELARES

Quando estudamos as funções motoras e de equilíbrio do cerebelo, já havíamos identificado a relevância das conexões externas cerebelares para a compreensão das suas funções. Sabíamos que o vestibulo cerebelo (lobo floculo nodular) desempenhava funções no equilíbrio e na postura, por fazer conexões com os núcleos vestibulares cerebrais. Que o espino cerebelo desempenhava funções importantes na modulação do movimento, por fazer conexões importantes com a medula espinhal, e; que o cérebro cerebelo desempenhava funções na coordenação do movimento, por fazer conexões com o córtex cerebral motor. (Fig. 2)

Figura 2 - Esquema das funções motoras e de equilíbrio do cerebelo.



Porém, desde a década de 30 já podemos encontrar estudos neuroanatômicos evidenciando conexões cerebelares com outras áreas corticais cerebrais, além das motoras. Um dos primeiros a evidenciar possíveis conexões extra motoras, foi o anatomista e antropologista Andrew Abbie, em 1934. Ele observou que degenerações do pedúnculo cerebelar superior (que traz aferências do córtex cerebral para o cerebelo) eram seguidas de grandes lesões retrógradadas do córtex parietal, occipital e temporal. Porém, quem mais estudou as conexões entre o cerebelo e o córtex cerebral foi *Snider*. Ele e sua equipe realizaram estudos neuroanatômicos e experiências científicas em animais (gatos e macacos) durante mais de 20 anos, evidenciando as conexões entre o cerebelo e áreas táteis, auditivas e visuais.

Estas conexões puderam ser claramente evidenciadas nos seres humanos com os avanços dos exames de neuroimagem, mais precisamente nas tratografias. Nestes exames, são mapeados os tratos de substância branca do sistema nervoso central, evidenciando as conexões entre suas regiões. Estes estudos comprovaram, de forma inconteste, a existência de conexões entre o cerebelo e áreas associativas e límbicas do córtex cerebral. (Engelhardt e Moreira, s.d.)

O estudo mais recente sobre as conexões cerebelo-corticais foi publicado em abril de 2021, utilizou uma técnica de Ressonância magnética funcional denominada *Resting state static-dinamic funtional conectivity* (rssFC)- que permite a análise de coerências funcionais entre as áreas encefálicas. Neste estudo foi observado a forte coerência funcional entre algumas áreas cerebelares (CRUS I e II) com áreas da rede executiva contralateral (córtex pré frontal e parietal posterior). Além disso, também foram encontradas fortes coerências funcionais com a rede *default mode* (c. pré-frontal dorsomedial, precuneus e c. cingulado posterior), implicada na fisiopatologia de alterações do neurodesenvolvimento como o Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). A rede atencional voluntária (atencional posterior) também mostrou forte coerência funcional com as áreas cerebelares (lobos VII e VIII de Larsel), bem como a importante Rede de Saliência (tálamo e ínsula) que faz a integração de informações sensoriais, cognitivas e emocionais) (Habas, 2021).

As referências (tratos que partem do cerebelo) cerebelo-cerebrais, à semelhança do que está descrito no sistema motor, passam pelo tálamo, constituindo os tratos cerebelo-tálamo-corticais. Já as aferências (tratos que chegam ao cerebelo) passam pelos núcleos

da ponte, constituindo o trato córtico-ponto-cerebelar. Portanto, tudo o que sai do cerebelo em direção ao córtex cerebral, passa pelo tálamo; e tudo o que chega ao cerebelo vindo do córtex cerebral, passa antes pelos núcleos da ponte.

Através destas conexões o cerebelo recebe informações, bem como pode exercer a sua influência sobre áreas cerebrais responsáveis pela cognição e o afeto, da mesma maneira como exerce sua função nos domínios motores e do equilíbrio.

Estas descobertas de que o cerebelo faz conexões neuronais com áreas associativas corticais envolvidas em funções mentais superiores, e não apenas com áreas corticais motoras, constitui um dos três pilares que sustentam a existência de funções cognitivas e afetivas no cerebelo.

EVIDÊNCIAS CLÍNICAS- SD COGNITIVA AFETIVA CEREBELAR

Mesmo antes destas descobertas, já eram comumente relatadas, sintomas “estranhos” nos pacientes com lesões ou disfunções cerebelares, porém, estas manifestações eram vistas como “bizarrices” ou como decorrentes dos déficits motores e de fala comumente encontradas nestes pacientes. Embalados pelas novas descobertas das conexões não motoras cerebelares, alguns neurologistas começaram a ficar mais atentos a estes sintomas não motores dos pacientes cerebelares.

Um destes neurologistas foi o professor da Universidade Harvard, Jeremy Schmahmann. Ele publicou um estudo em 1998, juntamente com a neuropsicóloga Janet Sherman, no qual descreveram uma síndrome que foi denominada, a princípio, como: Dismetria do pensamento.

Este estudo foi realizado com 20 pacientes que apresentavam lesões neurológicas restritas ao cerebelo. Estes pacientes foram acompanhados durante sete anos com exames clínicos neurológicos, testes de estado mental e testes neuropsicológicos. Ao final deste estudo eles puderam evidenciar uma queda global das funções intelectuais, bem como alterações do neurocomportamento que não podiam ser justificadas pelos déficits motores destes pacientes. Além disso, eles identificaram um padrão homogêneo de déficits em 4 domínios diferentes: funções executivas, linguagem, visuoespaciais e de comportamento/humor.

Através de exames de neuroimagem, conseguiram também, correlacionar os locais das lesões no cerebelo com as disfunções clínicas apresentadas. Observaram que, somente quando a lesão cerebelar acometia os lobos anteriores do cerebelo, é que estes pacientes apresentavam as disfunções motoras clássicas (ataxia e incoordenação motora). Quando as lesões acometem os lobos posteriores e o vérmis cerebelar, as disfunções encontradas eram, respectivamente, cognitivas e afetivas. Este conjunto de disfunções originadas por lesões dos lobos posteriores cerebelares e do vérmis cerebelar foi denominado por eles como, dismetria do pensamento, ou SD cognitiva afetiva cerebelar ou SD. de Schmahmann.

NEUROIMAGEM FUNCIONAL CEREBELAR

O terceiro e último pilar que sustenta a existência de funções cognitivas e afetivas cerebelares, são os exames de neuroimagem funcional. Estes exames permitem quantificar alterações metabólicas ou do fluxo sanguíneo cerebral em regiões encefálicas e relacioná-las em tempo real com a realização de tarefas pré determinadas. Não existem dúvidas da relevância científica destes exames de neuroimagem funcional para a revolução da neurociência moderna, e, não poderia ser diferente com as novas descobertas cerebelares.

Estudos realizados com técnicas de SPECT, PET e RNMf vêm demonstrando a ativação de diversas áreas do cerebelo em tarefas cognitivas. Allen (1997) encontrou ativação cerebelar posterior em tarefas que exigiam atenção visual. Desmond (1997) também evidenciou a ativação do córtex cerebelar em atividades que envolviam memória de trabalho, bem como em tarefas de linguagem por Ackermann(1998). Estes estudos e alguns outros embasaram um trabalho de metanálise de mapeamento topográfico funcional do cerebelo publicado em 1998 por Schmahmann *et al*, segundo o qual o cerebelo seria tripartido funcionalmente, com as atividades sensitivo-motoras localizadas nos lobos anteriores, as atividades cognitivas nos lobos posteriores e límbicas na porção posterior do vérmis cerebelar.

Guel em 2018, publicou um importante estudo de ressonância magnética funcional, com cerca de 800 participantes saudáveis do banco de dados do Projeto Conectoma Humano, durante a realização de tarefas de memória de trabalho, visuoespaciais, de linguagem e socioemocionais. E os achados de Guel confirmaram e fortaleceram as evidências da topografia funcional cerebelar do estudo de metanálise de Schmahmann em 1998.

Recentemente, (King *et al.*, 2019) publicaram um estudo detalhado de mapeamento funcional cerebelar com tarefas multidomínio (26 tarefas em 47 domínios), evidenciando inúmeras sub-regiões funcionais que não se restringem aos lóbulos cerebelares, confirmando, mais uma vez, que a maior parte do córtex cerebelar está predominantemente envolvido em funções cognitivas e afetivas, e, somente nas regiões cerebelares anteriores existe a dominância das funções motoras.

Diante destes três pilares de evidências científicas (neuroanatomia, evidências clínicas e neuroimagem funcional), a questão atual não é SE o cerebelo possui funções cognitivas, e, sim, COMO ele participa destas funções.

FUNÇÕES COGNITIVAS CEREBELARES



“A questão atual não é **SE** o cerebelo apresenta funções cognitivas e sim **COMO** ele participa destas funções”

SD COGNITIVA AFETIVA CEREBELAR OU SD DE SCHMAHMANN

Desde a publicação de Schmahmann e Sherman em 1998, inúmeros estudos foram realizados em vários centros científicos ao redor do mundo com essa mesma temática, cujos resultados replicam os achados do artigo original do centro de estudos de Harvard. Hoje, ao procurarmos artigos sobre esta síndrome não motora cerebelar nas plataformas de busca disponíveis, encontramos quase 300 artigos publicados, inclusive estudos de metanálise e revisões sistemáticas sobre este tema. Já existem, até mesmo, escalas de diagnóstico clínico desta síndrome, disponíveis na língua inglesa e alemã. Apesar da relevância do tema, e das evidências científicas apresentadas, em nosso país pouco se estuda sobre este assunto, e pouco se conhece sobre as funções não motoras cerebelares.

Quanto às manifestações clínicas desta síndrome, os sintomas são equivalentes aos sintomas de disfunções das regiões corticais com as quais o cerebelo faz conexões, denotando uma parceria entre o cerebelo e estas regiões, da mesma forma como ocorre a conhecida parceria entre o cerebelo e as áreas motoras do cérebro.

Déficits executivos

Como vimos anteriormente, o cerebelo faz fortes conexões com a rede executiva, protagonizada pelo córtex pré-frontal (CPF). As Funções executivas são fundamentais para o direcionamento dos comportamentos aos objetivos (Seabra e Capovilla 2012) através de habilidades superiores como: tomada de decisões, flexibilidade cognitiva, metacognição, memória de trabalho, atenção e controle emocional. Os pacientes com lesões nos lobos posteriores cerebelares manifestaram déficits destas funções, como se houvesse lesões no CPF. Durante os testes neuropsicológicos foram observadas falhas na memória de trabalho, raciocínio abstrato, tomada de decisão, sequenciamento, mudanças de estratégia e estratégias de resolução de problemas.

Déficits de linguagem

Os pacientes com lesões acometendo o lobo cerebelar posterior direito, nos estudos de Schmahmann e em outros estudos realizados na sequência, apresentam déficits de linguagem, e não por acaso, este lobo cerebelar faz conexões cruzadas com o hemisfério cerebral esquerdo, o dominante para a linguagem na maioria dos indivíduos. A alteração de linguagem mais observada, foi o déficit nos testes de fluência verbal, principalmente a fluência verbal fonológica, onde é solicitado ao indivíduo que resgate de sua memória, por exemplo, palavras que comecem com a letra “F”. Mas também foram observadas disfunções na organização sintática, prosódia e, até mesmo, anomia. A relação entre o cerebelo e a linguagem é muito mais ampla, já que todas as áreas associativas com as quais o cerebelo faz conexões são importantes para a linguagem. O cerebelo tem funções desde a linguagem receptiva, com funções importantes na percepção sonora e no processamento auditivo; como na linguagem expressiva, desde a memória fonológica até o planejamento motor e execução da fala.

Déficits visuoespaciais

Foram observados em alguns estudos, déficits de organização espacial e memória visual, nos pacientes com lesões localizadas no lobo cerebelar posterior esquerdo, embora não sejam achados topográficos unânimes. Nestes estudos, os pacientes foram submetidos a testes neuropsicológicos específicos para estas funções, como o teste do desenho do relógio, cópia e desenho de figuras geométricas, cujo desempenho foi bem abaixo do esperado em comparação com seus pares.

Déficits de comportamento

Nos pacientes com lesões nas regiões do vérmis cerebelar e do paravermis, comumente são encontradas alterações de comportamento. Nos estudos de Schmahmann, as manifestações mais comuns foram: agressividade, compulsões e desinibição exagerada, que não existiam previamente à lesão cerebelar.

Atualmente, inúmeros estudos estão sendo realizados, evidenciando as disfunções cerebelares e até mesmo o volume cerebelar diminuído em pacientes com esquizofrenia e outras doenças psiquiátricas, dada a relevância da participação do cerebelo no comportamento e no sistema límbico.

TEORIA DA TRANSFORMAÇÃO UNIVERSAL CEREBELAR

De acordo com esta teoria, o cerebelo tem como função principal, a otimização do desempenho cortical cerebral de acordo com o contexto, modulando a velocidade, a capacidade, a adequação e consistência dos processos cognitivos e afetivos de forma semelhante com que modula a força, a precisão e ritmo dos movimentos” (Schmahmann-2007).

Ela se baseia em dois fatores: a homogeneidade do córtex cerebelar e as conexões externas cerebelares com áreas associativas corticais. Uma vez que as funções cerebelares são determinadas por suas conexões externas, e, que estas conexões externas estão claramente evidenciadas com as áreas cognitivas (áreas associativas frontais, parietais e temporais) e afetivas (sistema límbico), o mesmo modelo operacional exercido pelo cerebelo no domínio motor também pode ser atribuído aos domínios cognitivos e afetivos.

MODELO OPERACIONAL CEREBELAR

O modelo operacional cerebelar baseia-se em uma habilidade cerebelar de armazenar modelos de programações corticais cerebrais (modelos internos) e sua habilidade computacional de comparar as informações sensoriais recebidas com estes modelos corticais armazenados. A partir desta comparação, são identificadas discrepâncias entre a ação real e a programação desta ação idealizada pelo córtex cerebral. Uma vez identificados os erros, as correções serão desencadeadas com o intuito de tornar a ação em questão cada vez mais precisa e otimizada.

Imagine que, o indivíduo decida realizar um movimento para pegar um copo. Seu córtex frontal irá decidir realizar o movimento, enviará um comando ao córtex motor

suplementar para programar este movimento. Esse plano motor será encaminhado para o córtex motor primário e subsequentemente para a medula espinhal e músculos do membro superior para pegar o copo. Ao mesmo tempo em que o córtex motor suplementar envia este plano motor para execução do movimento, este plano motor também vai ser enviado ao cerebelo, que irá copiar este plano e armazená-lo= modelo interno. Na medida em que movimento vai sendo realizado, proprioceptores localizados em tendões, cápsulas articulares e músculos vão sendo ativados e serão responsáveis por levar, via medula espinhal, aferências sensoriais ao cerebelo, com a informação de como este movimento está sendo realizado. O cerebelo com sua estrutura computacional, irá, então, receber estas informações, processá-las e compará-las com o modelo interno do plano cortical que havia armazenado. Se houver discrepâncias, estímulos serão disparados em direção ao córtex motor para que haja a correção, em tempo real, do movimento que está sendo realizado. Gerando um ciclo de aprendizado que irá otimizar, adequar e aperfeiçoar cada vez mais o movimento em questão. (fig.6)

Figura 3 - Esquemática do modelo operacional motor cerebelar, que pode ser aplicado nos domínios cognitivos e afetivos cerebelares. O cerebelo desempenhando o papel de otimização, adequação e aperfeiçoamento das funções corticais com as quais faz conexões.

TEORIA DA TRANSFORMAÇÃO UNIVERSAL CEREBELAR E O MODELO OPERACIONAL CEREBELAR



Este mesmo modelo operacional pode ser aplicado também às funções cognitivas e afetivas, fazendo com que o cerebelo exerça uma função coadjuvante primordial a estas funções cerebrais. Disfunções cerebelares comprometem este modelo operacional, acarretando consequências funcionais importantes. Do ponto de vista motor, as consequências são bem mais palpáveis, movimentos imprecisos e imperfeitos, incoordenações motoras grosseiras e facilmente percebidas. Porém, do ponto de vista cognitivo e, principalmente, afetivo, estas consequências são menos evidentes e mais subjetivas. Alterações do processamento cerebelar das informações sensoriais e de comparação com o modelo interno armazenado, ou mesmo alterações na cópia do modelo cortical, podem ocasionar correções errôneas do plano cortical ou ausência de correção, fazendo com que esta função de supervisão, adequação, otimização e aperfeiçoamento das funções corticais se percam, gerando déficits cognitivos e afetivos importantes.

Atualmente, centenas de estudos vêm sendo realizados correlacionando o envolvimento cerebelar na fisiopatologia de quadros cognitivos e afetivos tão prevalentes

em nossos dias. Autismo, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, dislexia, esquizofrenia, depressão e doença de Alzheimer são as principais doenças correlacionadas com as disfunções cerebelares nestes domínios.

CEREBELO E NEURODESENVOLVIMENTO(STOODLEY 2015)

As lesões cerebelares precoces estão frequentemente associadas a quadros clínicos mais graves em comparação com os casos de lesões cerebelares na idade adulta, sugerindo que o cerebelo é importante durante o desenvolvimento. Alterações no desenvolvimento cerebelar e lesões cerebelares precoces podem impactar uma ampla gama de comportamentos por meio dos circuitos que conectam o cerebelo com várias regiões corticais cerebrais. Dependendo de qual circuito anatômico cérebro-cerebelar foi acometido, a manifestação clínica pode ser diferente.

Esses circuitos também podem ser cruciais para o desenvolvimento estrutural do cérebro, uma vez que as lesões cerebelares perinatais foram associadas ao crescimento prejudicado do córtex cerebral contralateral. A contribuição específica do cerebelo para o desenvolvimento típico pode, portanto, envolver a otimização da estrutura e da função dos circuitos cérebro-cerebelares à aquisição de habilidades em vários domínios; quando esse processo é interrompido no início do desenvolvimento podem ocorrer alterações a longo prazo desses circuitos neurais, com impactos significativos no comportamento.

Um mecanismo potencial abrangente da contribuição cerebelar para transtornos do desenvolvimento seria o comprometimento da aprendizagem procedural. O papel do cerebelo nessa aprendizagem pode estar relacionado ao aprimoramento e otimização dos circuitos cérebro-cerebelares que suportam uma ampla gama de comportamentos, desde a aquisição de habilidades sociais até a modulação da atenção e o desenvolvimento da rede de “leitura” do hemisfério esquerdo na aquisição de habilidades de alfabetização. A formação de modelos internos dentro do cerebelo permite essa otimização de desempenho, por meio da modulação da atividade em regiões específicas do cerebelo. Quando esta modulação é perdida, o comportamento torna-se sujeito a erros e mal calibrado, e a aquisição de habilidade processual é interrompida.

Acredita-se que o cerebelo está envolvido de forma intensa durante os estágios iniciais de aprendizagem, e menos envolvido na retenção de comportamentos aprendidos, é possível que o cerebelo seja mais importante no início da vida, quando as redes cérebro-corticais estão sendo estabelecidas, e menos importante mais tarde na vida, quando os comportamentos foram apropriadamente configurados em redes corticais. Dependendo das sub-regiões onde surgem as desordens de desenvolvimento, a disfunção cerebelar pode impactar os comportamentos associados ao autismo, TDAH e dislexia por meio da interrupção dos circuitos de apoio à linguagem e cognição social, atenção e aquisição de alfabetização, respectivamente.

Dentre os transtornos do neurodesenvolvimento cujas anormalidades cerebelares foram bem documentadas, destaca-se: o transtorno do espectro do autismo (TEA), o transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e a dislexia.

Cerebelo e TEA

TEA é caracterizado por déficits na comunicação e interação social, acompanhados por comportamentos repetitivos e interesses restritos. O cerebelo é um dos locais mais consistentes de anormalidade relacionadas ao TEA, com estudos genéticos, de modelo animal, post-mortem e de neuroimagem evidenciando alterações cerebelares. A hipoplasia do vérmis posterior foi uma das primeiras anormalidades encefálicas documentadas no TEA, bem como a diminuição do volume cortical cerebelar. Em todos os estudos, as reduções de substância cinzenta são relatadas de forma consistente no Crus I direito, lóbulo VIII esquerdo e IX medial, que podem ter impactos funcionais em circuitos cérebro-cerebelares específicos, como a conectividade funcional reduzida entre o Crus I direito e as regiões de linguagem do hemisfério esquerdo em crianças com deficiência de linguagem com TEA. Diferenças estruturais nos pedúnculos cerebelares indicam perturbação nas vias de entrada e saída dos circuitos cérebro-cerebelares. Essas anormalidades estruturais e funcionais do cerebelo se correlacionam com os principais comportamentos do autismo. (Wang, 2014; Stoodley, 2014; Becker, 2013; Verly, 2014; D’Mello-2015)

Cerebelo de TDAH

Anormalidades cerebelares também foram relatadas no TDAH, que é caracterizado por desatenção, hiperatividade e impulsividade. Os achados de estudos que medem o volume encefálico em indivíduos com TDAH, evidenciaram um menor volume cerebelar nestes pacientes. Foi demonstrado que a gravidade dos sintomas de TDAH se correlaciona com o grau de redução no vérmis posterior (lóbulo IX) e o volume cerebelar geral (Stoodley 2014).

O metilfenidato, um dos tratamentos farmacológicos mais comuns para o TDAH, leva a um padrão de ativação cerebelar diferente nestes indivíduos. Estudos em crianças tratadas com Metilfenidato não observaram as alterações estruturais normalmente encontradas no TDAH (redução da substância cinzenta no vérmis posterior), enquanto estas diferenças foram o achado mais significativo em adultos que não realizaram tratamento medicamentoso. (Desmond e Fiez 1998; Bledsoe, Semrud-Clikeman, e Pliszka 2009; Rubia *et al.*, 2009)

Cerebelo e dislexia

A dislexia do desenvolvimento é definida como uma deficiência específica no aprendizado da leitura que não pode ser explicada por uma deficiência intelectual geral ou falta de oportunidade educacional. Está associada a um déficit no processamento fonológico acarretando dificuldades importantes no aprendizado da leitura. Comumente encontramos baixo desempenho em pacientes disléxicos em tarefas motoras “cerebelares”, incluindo equilíbrio, coordenação motora fina e controle dos movimentos oculares. Esses achados, juntamente com a falta de leitura automática e fluente na dislexia, levaram à proposta de que a disfunção cerebelar é a base neurobiológica central da dislexia (Riva, 2000; Brown, 2000).

Como a dislexia é considerada uma deficiência de aprendizagem específica,

a disfunção cerebelar que leva a um déficit de aprendizagem procedural pode ser uma explicação viável para a aquisição de habilidades de alfabetização deficientes em leitores disléxicos (Brown, 2000; Slaats-Willemse, 2003).

Os estudos de neuroimagem estrutural e funcional relatam diferenças cerebelares em crianças e adultos disléxicos (Allen, 2003), e a redução da massa cinzenta no lóbulo VI direito foi considerada o biomarcador mais significativo para a classificação de encéfalos disléxicos adultos (Seidman, 2005). A redução da massa cinzenta no lóbulo VI esquerdo também foi relatada em uma meta-análise de estudos de morfometria baseada em voxel em dislexia. Trabalhos de neuroimagem mais recentes sugerem que o componente de fluência da dislexia, caracterizado por nomeação rápida, está associado à ativação anormal no lóbulo VI direito (Wang *et al.*, 2022).

Por este motivo, torna-se fundamental para todos os profissionais envolvidos no atendimento de indivíduos com alterações do neurodesenvolvimento, uma quebra de paradigmas com relação às funções cerebelares, para que possamos estar atentos a possíveis disfunções que deverão ser diagnosticadas e reabilitadas adequadamente. A ideia de que o paciente cerebelar é aquele incoordenado, desequilibrado e com fala ebriosa é muito restrita e desatualizada diante da abrangência de funções realizadas pelo cerebelo, e a atualização deste conhecimento é o primeiro passo para que consigamos enxergar as disfunções cognitivas/afetivas cerebelares. O segundo passo seria a busca ativa das disfunções cognitivas/afetivas em pacientes com lesões já diagnosticadas no cerebelo, para que possam ser corretamente reabilitadas e tratadas. O terceiro passo seria produzir ciência e juntar-se à comunidade científica mundial com o intuito de revelar os mistérios que tanto nos intrigam sobre o funcionamento cerebral e, agora, cerebelar também.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os avanços significativos nas pesquisas neurocientíficas das últimas três décadas, que redefiniram nosso entendimento do cerebelo, inicialmente associado principalmente às funções motoras e de equilíbrio, este estudo destaca a crescente relevância do cerebelo nas funções não motoras. Três pilares sustentam essa mudança de paradigma:

1. Estudos Neuroanatômicos: Revelam conexões cerebelares com áreas associativas e límbicas do cérebro, indicando um papel mais amplo no processamento cognitivo e afetivo.
2. Estudos Neuropsicológicos: Analisando pacientes com lesões cerebelares restritas, identificam déficits em quatro domínios: linguagem, funções executivas, funções visuoespaciais e comportamento/humor, caracterizando a Síndrome Cognitiva Afetiva Cerebelar.
3. Neuroimagem Funcional: Demonstram a ativação do cerebelo durante tarefas cognitivas e afetivas em indivíduos saudáveis, indicando seu papel como coadjuvante cerebral nessas funções, assim como nas funções motoras.

Observa-se que o cerebelo atua de forma sinérgica, ajustando, aprimorando e

otimizando as funções corticais cerebrais. É relevante destacar que lesões cerebelares precoces estão associadas a déficits cognitivos e afetivos mais severos, sugerindo a importância do cerebelo no neurodesenvolvimento e na fisiopatologia de seus transtornos. Este novo olhar sobre o papel do cerebelo abre portas para uma compreensão mais abrangente de suas funções e implicações clínicas.

REFERÊNCIAS

- ACKERMANN H, WILDGRUBER D, DAUM I, GRODD: **Does the cerebellum contribute to cognitive aspects of speech production?** A functional magnetic resonance imaging (fMRI) study in humans. *Neurosci Lett* 1998; 247:187-90
- ALLEN G, BUXTON RB, WONG EC, COURCHESNE E: **Attentional activation of the cerebellum independent of motor involvement.** *Science* 1997;275: 1940-3.
- ALLEN G, COURCHESNE E. **Differential effects of developmental cerebellar abnormality on cognitive and motor functions in the cerebellum:** an fMRI study of autism. *Am J Psychiatry* 2003; 160(2):262-73
- BAUMAN M, KEMPER TL: **Histoanatomic observations of the brain in early infantile autism.** *Neurol.* 1985;35:866-874.
- BECKER EB, STOODLEY CJ. **Autism spectrum disorder and the cerebellum.** *Int Rev Neurobiol.* 2013; 113:1–34. [PubMed: 24290381]
- BERQUIN P, GIEDD J, JACOBSEN L, HAMBURGER S, KRAIN A, RAPOPORT J, CASTELLANOS F. **Cerebellum in Attention-Deficit Hyperactivity Disorder:** A Morphometric MRI Study. *Neurol.* 1998; 50, 1087–1093
- BLEDSOE J, SEMRUD-CLIKERMAN M, PLISZKA SR. **A magnetic resonance imaging study of the cerebellar vermis in chronically treated and treatment-naive children with attention-deficit/hyperactivity disorder combined type.** *Biol Psychiatry.* 2009;65(7):620–4. [[PMC free article](#)] [[PubMed](#)] [[Google Scholar](#)]
- BROWN TE, ED: **Attention-Deficit Disorders and Comorbidities in Children, Adolescents, and Adults.** American Psychiatric Press 2000
- CASTELLANOS F, LEE P, SHARP W, JEFFRIES N, GREENSTEIN D, CLASEN L, *et al.* **Developmental trajectories of brain volume abnormalities in children and adolescents with attention-deficit/hyperactivity disorder.** *JAMA.* 2002;288:1740–
- COURCHESNE E, YEUNG-COURCHESNE R, PRESS GA, HESSELINK JR, JERNIGAN TL: **Hypoplasia of cerebellar vermal lobules VI and VII in autism.** *N Engl J Med* 1988;318:1349-1354
- DESMOND JE, GABRIELI JD, WAGNER AD, GINIER BL, GLOVER GH: **Lobular patterns of cerebellar activation in verbal working-memory and finger-tapping tasks as revealed by functional MRI.** *J. Neurosci* 1997;17: 9675-9685

- D'MELLO AM, CROCKETT D, MOSTOFKY SH, STOODLEY CJ. **Cerebellar grey matter and lobular volumes correlate with core autism symptoms.** *Neuroimage Clin.* 2015;7:631–639. [[PMC free article](#)] [[PubMed](#)] [[Google Scholar](#)]
- ENGELHARDT E, MOREIRA DM. **O cerebelo e suas principais conexões:** estudo com tensor de difusão. :13.
- HERCULANO- HOUZEL S. **The human brain in numbers:** a linearly scaled-up primate brain. *Front Hum Neurosci.* 2009;3:31. doi:10.3389/neuro.09.031.2009
- IVANOV I, MURROUGH JW, BANSAL R, HAO X, PETERSON BS. **Cerebellar morphology and the effects of stimulant medications in youths with attention deficit-hyperactivity disorder.** *Neuropsychopharmacology.* 2014;39(3):718–26. [[PMC free article](#)] [[PubMed](#)] [[Google Scholar](#)]
- KING M, MAEDBH CR, HERNANDEZ-CASTILHO, RUSSEL A, POLDRACK RB, IVRY JD. 2019. **“Functional Boundaries in the Human Cerebellum Revealed by a Multi-Domain Task Battery”.** 2019; *Nature Neuroscience* 22 (8): 1371–78. <https://doi.org/10.1038/s41593-019-0436-x>.
- LEROY I, O'HEARN E, MARGOLIS R: **Psychiatric Syndromes in Cerebellar Degeneration.** *Int Rev Psychiatry* 2001; 13: 323- -329
- LEVISOHN L, CRONIN-GOLOMB A, SCHMAHMANN JD: **Neuropsychological consequences of cerebellar tumor resection in children:** Cerebellar cognitive affective syndrome in a pediatric population. *Brain* 2000;123:1041-1050
- MAKRIS N, Liang L, BIEDERMAN J, VALERA EM, BROWN AB, PETTY C, *et al.* **Toward defining the neural substrates of ADHD:** A controlled structural MRI study in medication-naive adults. *J Atten Disord.* 2013 Epub ahead of print. [[PMC free article](#)] [[PubMed](#)] [[Google Scholar](#)]
- MURAKAMI JW, COURCHESNE R, PRESS GA, HESSELINK JR, JERNIGAN TL: **Reduced cerebellar hemisphere size and its relationship to vermal hypoplasia in autism.** *Arch Neurol* 1989; 46: 689-694..
- NICOLSON R, Fawcett A, DEAN P. **Developmental dyslexia:** The cerebellar deficit hypothesis. *Trends Neurosci.* 2001;24(9):508–11.[[PubMed](#)] [[Google Scholar](#)]
- PERNET CR, Poline JB, DEMONET JF, ROUSSELET GA. **Brain classification reveals the right cerebellum as the best biomarker of dyslexia.** *BMC Neurosci.* 2009;10:67. [[PMC free article](#)] [[PubMed](#)] [[Google Scholar](#)]
- RAYNOND JL, LISBERG SG, MAUK MD. **The cerebellum:** A neuronal learning machine? *Science.* 1996;272(5265):1126–31.[[PubMed](#)] [[Google Scholar](#)]
- RIVA, D; GIORGI, C: **The cerebellum contributes to higher function during development:** evidence from a series of children surgically treated for posterior fossa tumors. *Brain* 2000; 123: 1051-1061
- RUBIA K, HALARI R, CUBILLO A, MOHAMMAD AM, BRAMMER M, TAYLOR E. **Methylphenidate normalises activation and functional connectivity deficits in attention and motivation networks in medication-naive children with ADHD during a rewarded continuous performance task.** *Neuropharmacology.* 2009;57(7–8):640–52.[[PubMed](#)] [[Google Scholar](#)]

SEABRA A, CAPOVILLA F. **Avaliação neuropsicológica cognitiva: linguagem oral.** 2012. Vol. 2. Mennon.

SCHMAHMANN JD, PANDYA DN: **Prefrontal cortex projections to the basilar pons:** implications for the cerebellar contribution to higher function. *Neuroscience Lett* 1995;199(3):175-8

SCHMAHMANN JD, LOEBER RT, MARJANI J, HURWITZ AS: **Topographic organization of cognitive function in the human cerebellum.** A meta-analysis of functional imaging studies. *NeuroImage* 1998b;7: S721

SCHMAHMANN JD, SHERMAN JC: **The cerebellar cognitive affective syndrome.** *Brain* 1998;121: 561-579.

SCOTT RB, STOODLEY CJ, ANSLOW P, Paul C, STEIN JF, SUGDEN EM, *et al.* **Lateralized cognitive deficits in children following cerebellar lesions.** *Dev Med Child Neurol.* 2001;43(10):685–91.[PubMed] [Google Scholar]

SEIDMAN LJ, VALERA EM, MAKRIS N. **Structural Brain Imaging of Attention-Deficit/Hyperactivity Disorder.** *Biol Psychiatry* 2005; 57: 1263-1272

STOODLEY CJ. **Distinct regions of the cerebellum show gray matter decreases in autism, ADHD, and developmental dyslexia.** *Front Syst Neurosci.* 2014; 8:92. [PubMed: 24904314]

STOODLEY CJ, STEIN JF. **Cerebellar function in developmental dyslexia.** *Cerebellum.* 2013;12(2):267–76. [PubMed] [Google Scholar]

STOODLEY CJ. **“The Cerebellum and Neurodevelopmental Disorders”.** *Cerebellum (London, England).* 2015 15 (1): 34–37. <https://doi.org/10.1007/s12311-015-0715-3>.

VERLY M, VERHOEVEN J, Zink I, MANTINI D, PEETERS R, DEPRez S, *et al.* **Altered functional connectivity of the language network in ASD:** Role of classical language areas and cerebellum. *Neuroimage Clin.* 2014; 4:374–82. [PubMed: 24567909]

WANG SS, KLOTH AD, BADURAA. **The cerebellum, sensitive periods, and autism.** *Neuron.* 2014;83(3):518–32. [PMC free article] [PubMed] [Google Scholar]

WANG D, LIPSKI WJ, BUSH A, CHRABASZCZ, DASTOLFO-HROMACK CA, DICKEY M, FIEZ JÁ, RICHARDSON RM. **“Lateralized and Region-Specific Thalamic Processing of Lexical Status during Reading Aloud”.** 2022. *Journal of Neuroscience* 42 (15): 3228–40. <https://doi.org/10.1523/JNEUROSCI.1332-21.2022>.

Alienação parental e o abandono socioafetivo

José Guilherme Rodrigues Tomaz de Souza

Acadêmico do 10º semestre do curso de Direito das Faculdades Integradas de Nova Andradina – FINAN

Ana Paula Torres Lageano

Orientadora Professora Mestra do curso de Direito das Faculdade Integradas de Nova Andradina – FINAN

RESUMO

A pesquisa do presente estudo tem como finalidade transparecer os cuidados que as pessoas em desenvolvimento deverão receber após a dissolução matrimonial dos seus genitores. Atualmente a alienação parental e o abandono socioafetivo vem aumentando gradativamente nas famílias brasileiras, culminando na quebra afetiva de crianças/adolescentes com um dos seus genitores. Quando essa quebra afetiva se concretiza, geralmente o alienado já compactuou com inúmeras situações do alienador, as quais, trazem nocividade para a sua formação psíquica, resultando não raras vezes em vícios e doenças relacionadas à saúde mental. Dessa forma, a Lei da Alienação Parental em conjunto com o Código Civil, Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal positivam todos os cuidados e direitos do menor alienado, que necessariamente não devem ser infringidos, oportunizando ao mesmo que seus direitos fundamentais sejam respeitados, com enfoque à convivência familiar que acaba sempre sendo vilipendiada quando a alienação parental se faz presente. Nesse ínterim, a conclusão principal apreendida é que quando há um rompimento matrimonial albergado de genitores alienadores, o poder judiciário deverá intervir austeramente, valendo-se das medidas cabíveis para que o melhor interesse da população infanto-juvenil sempre seja primado.

Palavras-chave: alienação parental. direitos garantidos. abandono socioafetivo. guarda compartilhada. formação psíquica.

ABSTRACT

The research in this study aims to reveal the care that developing people should receive after the marital dissolution of their parents. Currently, parental alienation and socio-affective abandonment have been gradually increasing in Brazilian families, culminating in the emotional breakdown of children/adolescents with one of their parents. When this affective break occurs, the alienated person has generally already agreed to numerous situations involving the alienator, which bring harm to their psychic formation, often resulting in addictions and illnesses related to mental health. In this way, the Parental Alienation Law, together with the Civil Code, Child and Adolescent Statute and the Federal Constitution, guarantee all the care and rights of the alienated minor, which must not necessarily be infringed,



providing the opportunity for their fundamental rights to be respected, with a focus on family coexistence, which always ends up being vilified when parental alienation is present. In the meantime, the main conclusion drawn is that when there is a marital breakdown caused by alienating parents, the judiciary must intervene austerely, using the appropriate measures so that the best interests of the child and youth population are always paramount.

Keywords: parental alienation. guaranteed rights. socio-affective abandonment. shared custody. psychic training.

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX vários pesquisadores estudaram sobre a alienação parental, porém, somente o psiquiatra Norte-Americano Richard Gardner conseguiu chegar a conclusão do que seria a síndrome da alienação parental. Em 1980 Gardner concluiu que a SAP (síndrome da alienação parental) é um distúrbio infantil, cujo qual, decorre da própria alienação parental. Em seus estudos, exclusivamente quando há uma separação matrimonial, os filhos tendem a ter essa alienação, pois, os pais travam uma disputa no que tange a guarda da pessoa em desenvolvimento (Freitas, 2023).

O genitor não guardião do filho tende a passar por crises psicológicas e instabilidades emocionais antes de ir para a área jurídica da dissolução do casamento. Em contrapartida a esse momento, o guardião do alienado semeia uma idealização de quebra afetiva contra o outro genitor. Idealização essa, que não é benéfica ao alienado, portanto, a vivência em ambiente em que há o comportamento agressivo no âmbito familiar acarreta vários problemas à pessoa em desenvolvimento, tais como os vícios, mentiras, crimes, entre outros (Silva, 2013).

Com o aumento da alienação parental, a geração de jovens com impedimentos afetivos e psicológicos, proporciona um desgaste na relação familiar, originando então o abandono socioafetivo por parte do genitor não guardião. O escopo é analisar como a alienação parental e o abandono socioafetivo prejudicam a formação da pessoa em desenvolvimento, observando quais são os direitos da pessoa em desenvolvimento que estão sendo profanados e quais são as causas que fazem o início da alienação parental (Souza; Ferreira, 2023).

Após estudos, percebe-se que a maioria dos jovens não conseguem obter uma relação saudável com as pessoas. A macro preocupação que a alienação parental acarreta é a saúde psíquica do alienado, posterior a dissolução do matrimônio dos pais, já que a criança ou adolescente torna-se vulnerável, vindo a seguir o sentimento negativo do genitor em questão do progenitor não guardião, ocasionando assim a quebra afetiva familiar com esse, que não raras vezes passa a ser definitiva (Souza; Ferreira, 2023).

Em 2010 fora promulgada a Lei da Alienação Parental (Lei nº12318/2010) com objetivo de conscientizar e se preciso punir os alienadores. Sendo assim, em conjunto, a Lei da Alienação Parental (LAP) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tem o propósito de fortalecer vínculos familiares, proteger integralmente a pessoa em desenvolvimento, fazer valer o seu melhor interesse, entre outros (Freitas, 2023).

DO INÍCIO DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Quando os genitores rompem a relação matrimonial de forma tempestuosa, os sentimentos entre os dois geralmente são afetados, resultando em uma sensação de rejeição, podendo ser mais sutil ou mais intensa, dessa maneira, é travada uma batalha entre os dois em relação ao filho, iniciando a famigerada alienação parental. Constituindo assim, a tentativa ou a quebra de relação afetiva com o genitor não guardião, fazendo com que a outrora família, agora passe a configurar um campo de guerra. (Madaleno; Madaleno, 2018)

Previamente o alienador manipula de várias formas o alienado, geralmente de forma psicológica, valendo-se do subterfúgio de abandono e de falsas histórias para que a pessoa em desenvolvimento acabe tomando-as como verídicas e repassando o roteiro ficcional em todos os ambientes frequentáveis (Oliveira, 2020).

Quando há essa quebra afetiva no vínculo familiar em definitivo, somada às atitudes alienatórias, o progenitor não guardião projeta em si uma perda significativa, uma vez que o mesmo já acarreta aflições e desespero. Após esse momento, a busca pela manutenção do vínculo com sua prole, se torna um propósito, para que pais e filhos possam ter assegurados o direito fundamental à convivência familiar.

A LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL E SUA PROTEÇÃO AO ALIENADO

A Lei 12.318/2010 (LAP) discorre sobre algumas formas de alienação, com o caráter taxativo, ressaltando que a interferência na formação psicológica da criança ou adolescente por qualquer pessoa que tenha o poder familiar, bem como, guarda, tutela ou a própria vigilância e que cometa a alienação parental, deve ser coibida. (Brasil, 2010):

Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

I - Realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;

II - Dificultar o exercício da autoridade parental;

III - Dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;

IV - Dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;

V - Omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;

VI - Apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;

VII - Mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

O Art. 2º da Lei nº 12.318/2010 institui regras que protejam o alienado, regras essas essenciais para que não ocorra uma iniciação de alienação parental, resguardando os direitos da criança e adolescente no sentido de desenvolvimento social e psicológico. Visto isso, a tendência de cometer um ato prejudicial a pessoa em desenvolvimento, conforme a o artigo referido acima, começa a diminuir (Brasil, 2010).

Nos casos em que há uma prática no ato de alienação, ou seja, quando o alienador começa a ferir algum direito fundamental da criança e do adolescente, o juiz, depois de ouvido o MP (Ministério Público) de forma urgente, estabelecerá as medidas provisórias cabíveis em qualquer momento processual, para que haja uma real proteção da integridade da pessoa em desenvolvimento (Brasil, 2010).

Segundo o Art. 5º da LAP, reitera que quando houver qualquer tipo de indício da alienação, o juiz, provavelmente irá determinar uma perícia psicológica ou biopsicossocial (Brasil, 2010). Dessa forma, frisa-se a importância de profissionais de outras ciências, como a Psicologia, para que o magistrado tenha maior embasamento na hora de proferir sua sentença.

Como ato punitivo à pessoa que infringir a dignidade e os direitos da criança e adolescente no que tange à alienação parental, sem prejuízo de responsabilidade civil ou criminal, o juiz poderá: I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador; II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado; III - estipular multa ao alienador; IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial; V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão; VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente (Brasil, 2010).

Estatuto da criança e do adolescente e suas garantias

O art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA 1990) traz um parecer de que a população infanto-juvenil goza de todos os direitos fundamentais à pessoa humana, tendo inclusive, mais direitos que lhes são inerentes devido ao seu desenvolvimento, como o direito de brincar.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem (Brasil, 1990).

Nesse sentido, o direito fundamental à convivência familiar elencado no artigo 19º do ECA dita que “é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”. Logo, imperiosa a ressalva que merece esse direito fundamental, já que o alienado tem esse direito infringido, não tendo o devido uso desse direito por motivo da alienação parental.

Dessa forma, o alienador não poderá proibir a pessoa em desenvolvimento de ver e interagir com o outro progenitor, bem como, a lei estabelece que a criança ou adolescente tem a liberdade de participar da vida familiar e comunitária sem a discriminação.

Ainda, se faz importante tecer comentários acerca do direito fundamental à saúde dessa população, uma vez que, não raras vezes, com o fim do matrimônio dos genitores, sua saúde mental é incisivamente afetada, apresentando sintomas de ansiedade aguda, depressão, transtorno identitário, entre outros, que são elevados em situação alienatória.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias [...] (Brasil, 1990).

A partir do art. 4º do ECA, resta inequívoca a certeza de que é dever intrínseco da família, resguardar e assegurar a saúde e o convívio dos infantes com a sua família extensa, independentemente de ter havido ou não uma ruptura no seio conjugal dos pais.

O poder familiar também entra em cena, e garante a igualdade de deveres e responsabilidades dos pais para com sua prole, ainda que a modalidade de guarda firmada após a dissolução conjugal tenha sido diversa da compartilhada, que hoje se reveste na melhor opção apontada pela doutrina (Carvalho, 2017).

Art. 22. Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

Parágrafo único. A mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas, assegurados os direitos da criança estabelecidos nesta Lei (Brasil, 1990).

Resta nítida a importância e relevância da Lei 8.069 de 1990 para tutelar os direitos fundamentais de crianças/adolescentes, sendo um verdadeiro substrato legal para balizar o magistrado em decisões que apresentam a incidência da nefasta alienação parental.

A Constituição Federal e o Código Civil e os direitos da pessoa em desenvolvimento

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 227, oferece o entendimento de uma vida digna para a pessoa em desenvolvimento, sendo assim, entende-se que qualquer ação prescrita no referido artigo é um dever da família, da sociedade e do Estado e direito inviolável da criança e do adolescente.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Os genitores após a separação matrimonial devem seguir essas ações, onde os principais direitos assegurados para o menor que são a dignidade, respeito, convivência

familiar, deveriam ser a base estrutural para uma boa formação psíquica e um relacionamento afetivo do filho com os pais, fazendo com que a opressão de alienar a criança ou adolescente seja de fato mínima.

No código civil, quando há divórcio, observa-se que dois tipos de guardas acabam entrando em cena, sejam elas predominantemente a guarda unilateral e a guarda compartilhada. Dentro dos ditames do art. 227 da CF, para que o preconizado seja respeitado, a modalidade guarda compartilhada se reveste na melhor escolha, já que as responsabilidades com a prole serão divididas igualmente e todas as decisões tomadas em conjunto, ofertando uma relação familiar desejável.

Art. 1.583 A guarda será unilateral ou compartilhada.

§ 1º-Compreende-se por guarda unilateral a atribuída a um só dos genitores ou a alguém que o substitua (art. 1.584, § 5º) e, por guarda compartilhada a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.

§ 2º-Na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada com a mãe e com o pai, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos (BRASIL, 2002).

Portanto, resta nítida as benesses da guarda compartilhada para a convivência familiar da população infanto-juvenil.

METODOLOGIA

O referido artigo se baseia em estudos e pesquisas que há tempos estão se tornando uma problemática no âmbito familiar e social da criança e adolescente. Os autores Rolf Madaleno e Maria Berenice Dias corroboram com a problemática citada acima, desta forma, cada vez mais a doutrina se debruça a identificar a alienação parental, para que a sua coibição ocorra o quanto antes.

O artigo valeu-se da pesquisa bibliográfica, com o método misto quanti-quali. Segundo Gil (2017 p. 33) “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”. Por sua vez, a “pesquisa de métodos mistos é aquela em que o investigador coleta e analisa dados ou achados e extrai inferências usando abordagens ou métodos quantitativos e qualitativos em um único estudo ou programa de investigação” (Tashakkori; Creswell, 2007).

Logo, a base bibliográfica se deu através da leitura de livros físicos; de artigos publicados em sites plataformas de dados científicos de direto como IBDFAM, CONJUR e JUSBRASIL.

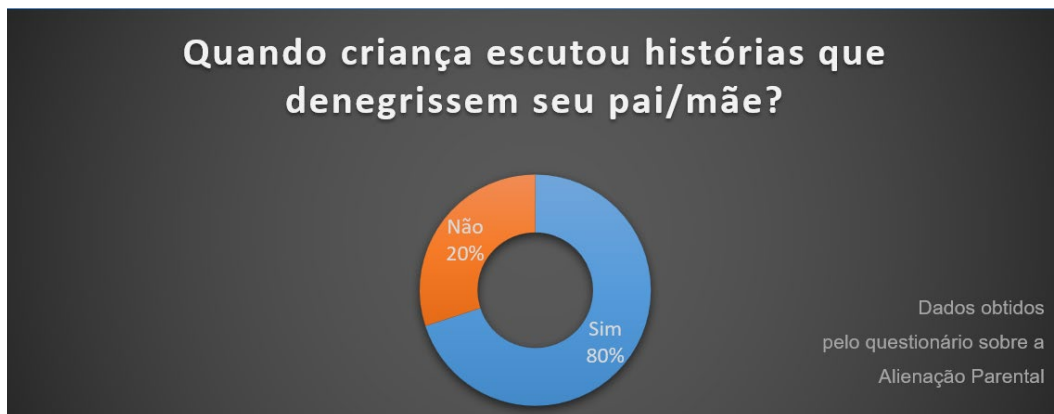
Em seguida fora feito um questionário alternativo, com intuito de saber se o público-alvo havia sofrido a alienação parental ou o abandono socioafetivo no processo de divórcio de seus genitores. O questionário foi elaborado e disponibilizado na plataforma online *google forms*, ocasião em que a amostragem se deu com a participação de 10 (dez) pessoas, que tiveram seus nomes preservados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

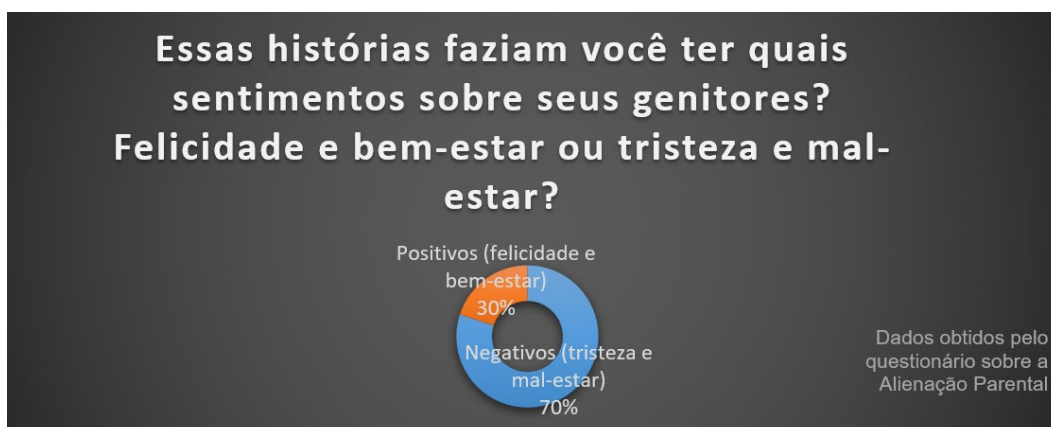
Segundo Rolf Madaleno (2020) existem dois tipos de princípios constitucionais que regem os direitos fundamentais à família, os princípios gerais e os princípios especiais. Sendo assim, os princípios gerais tratam sobre a dignidade, a igualdade, a liberdade e a proibição do retrocesso social, ou seja, esses princípios na verdade representam o fio condutor para os valores que são dos interesses da criança e do adolescente. Já no caso dos princípios especiais esses estão relacionados às relações familiares, ou seja, envolve questões de famílias onde devem servir de norte para obter solidariedade, afetividade e convivência familiar.

Posterior a isso, entende-se que os direitos mencionados acima, devem ser obrigatoriamente resguardados, para que não haja nenhum rompimento dos mesmos, evitando assim a regressão, pois, quando o Estatuto da criança e do adolescente surgiu, mostrou-se nítido a segurança jurídica de que a pessoa em desenvolvimento necessita para a dignidade da pessoa humana.

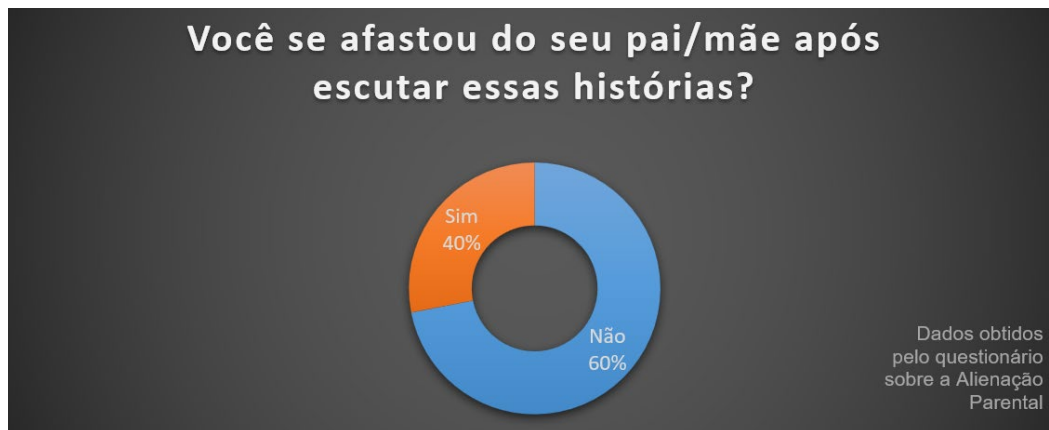
Para compreender tamanha preocupação acerca da alienação parental, o gráfico abaixo, extraído do questionário aplicado pelo pesquisador na plataforma *google forms*, exibe que a cada 10 (dez) pessoas em sua infância, 08 (oito) escutaram alguma história relacionando algum fato que caluniasse a imagem dos seus genitores; enquanto apenas 02 (duas) pessoas não tiveram o contato com essas histórias, sendo assim, observa-se que a quantidade de filhos menores, após o rompimento matrimonial dos pais, acabam sendo atingidos pela alienação parental, trazendo à tona essa triste realidade.



Apresenta as respostas sobre o modo como o público-alvo se sentia com essas histórias, no qual 70% dos participantes atribuíram um sentimento negativo por seus genitores, enquanto apenas 30% tiveram sentimentos positivos.



Ainda fora perguntado se a partir dessas histórias e dos respectivos sentimentos, se os participantes se distanciaram ou não de seus genitores. Analisando as respostas obtidas, detectou-se que quase a metade dos filhos se distanciaram de um dos seus genitores, dessa forma, torna-se claro que a alienação parental é uma ação negativa para a criança do adolescente, pois, a convivência familiar, mesmo que com pais divorciados tem papel importantíssimo na vida social e na formação psíquica do alienado, além de ser um direito fundamental inviolável.



Os gráficos acima revelam que em dado momento ocorrem interferências nos direitos da criança e do adolescente, constituindo um obstáculo em sua formação psicológica, gerando possivelmente, um adulto com problemas mal resolvidos e traumas, fato que pode ocasionar depressão, ansiedade, transtorno identitário, além de muitas vezes romper definitivamente o vínculo com o genitor vítima de alienação.

Dessa forma, vale ressaltar que a saúde psíquica do alienado dever ser um bem tutelado, já que o divórcio acontece entre os genitores e nunca entre um dos pais e seus filhos. Desta feita, a guarda compartilhada se reveste como a melhor modalidade para a manutenção do direito fundamental à convivência familiar, já que apresenta igualdade de poder decisório e de convívio entre guardiões e seus descendentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alienação parental se tornou uma triste realidade no âmbito familiar, ocasionando muitas das vezes, o distanciamento do genitor com seu filho. Nesse interim, a pessoa em desenvolvimento deveria de fato após a ruptura do casamento de seus pais, ser acolhido pelos dois, fazendo com que o litígio entre ambos não adentra-se à esfera paterno/materno – filial.

No decorrer da pesquisa, ainda delineou-se o quão nefasta pode ser a síndrome de alienação parental para crianças/adolescentes, podendo ocasionar inúmeros traumas, transtornos e doenças que abarcam sua saúde mental. Além de eventuais prejuízos em sua formação psicológica e na possível perda de afeto com um dos seus genitores.

Os resultados obtidos pela pesquisa sobre o tema acima relacionado, demonstram que a população infanto-juvenil quando alienada, tem seus direitos fundamentais violados, prejudicando a sua formação como pessoa, principalmente no que tange à sua convivência familiar.

Desta feita, nos parece que a decisão do ex-casal ou do próprio magistrado em sentença, determinando a guarda compartilhada, mostra-se a saída mais adequada para que ambos os genitores tenham tempo de qualidade com sua prole, evitando que as possíveis mazelas cometidas pelo alienador se alastrem de forma irreparável e expurgando a ideia de abandono socioafetivo.

Ainda, imperioso destacar que nos casos em que mesmo em face da guarda compartilhada ocorra a alienação parental ou o abandono socioafetivo, o alienado deverá ter um acompanhamento psicológico, para que o poder judiciário consiga intervir na situação, podendo ser aplicadas sanções aos alienadores, bem como a perda do poder familiar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Civil. Planalto, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em 29 out. 2023;

BRASIL. Constituição Federal. Planalto, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 29 out. 2023;

BRASIL. Estatuto Da Criança e Do Adolescente. Planalto, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 16 set. 2023;

BRASIL. Lei Da Alienação Parental. Planalto, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm. Acesso em: 15 out. 2023;

CARVALHO, Dimas Messias. Direito Das Famílias. Editora Saraiva. 2017;

COELHO, André. Alienação Parental: Causas e Efeitos. JUS BRASIL, 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/alienacao-parental-causas-e-efeitos/934381039>. Acesso em 15 out. 2023;

DIAS, Maria Berenice. Guarda unilateral e o Princípio do melhor interesse. CONJUR, 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-fev-18/maria-berenice-dias-guarda-unilateral-melhor-interesse>. Acesso em 12 ago. 2023;

DIAS, Maria Berenice. Manual Do Direito De Família, 10 Ed. Editora Revista dos Tribunais. 2015. Disponível em: <https://www.udc.edu.br/libwww/udc/uploads/uploadsMateriais/27052019144452Manual%20de%20Direito%20de%20Fam%C3%ADlia%20-%20Maria%20Berenice%20Dias.pdf>. Acesso em: 29 out. 2023;

FREITAS, Maria A. R. M. Efeitos Das Alienação Parental Na Criança, a visão da psicanálise lacaniana. IBDFAM, 2023. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1993/Efeitos+da+aliena%C3%A7%C3%A3o+parental+na+crian%C3%A7a+%E2%80%93+a+vis%C3%A3o+da+psican%C3%A1lise+lacaniana>. Acesso em: 16 nov. 23;

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos De Pesquisa. 6. Ed. Atlas. 2017;

MADALENO, Ana Carolina C.; Madaleno, Rolf. Síndrome Da Alienação Parental: Importância da Detecção 5. Ed. Editora Forense. 2018;

MADALENO, Rolf. Princípios Jurídicos Regentes Da Família. GENJURÍDICO, 2020. Disponível em: <https://blog.grupogen.com.br/juridico/areas-de-interesse/civil/principios-juridicos-regentes-da-familia/>. Acesso em: 18 nov. 2023;

MADALENO, Rolf; Madaleno, Rafael. Guarda Compartilhada: Física e Jurídica 3. Ed. Editora Revista dos Tribunais. 2018;

OLIVEIRA, Cauã Marcos R. Alienação Parental: os desdobramentos da legislação brasileira e suas medidas para combatê-la. IBDFAM, 2020. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/index.php/artigos/1584/Aliena%C3%A7%C3%A3o+parental:+os+desdobramentos+da+legisla%C3%A7%C3%A3o+brasileira+e+suas+medidas+para+combate-la>. Acesso em: 28 out. 2023;

SILVA, Marta Rosa. Da. A Alienação Parental No Contexto Social Da Família: Considerações e caracterização no ambiente jurídico. FACULDADE FAR, 2013. Disponível em: <https://www.faculda-defar.edu.br/arquivos/revista-publicacao/files-13-0.pdf>. Acesso em 19 ago. 2023;

SOUZA, Alana L.; FERREIRA, Amanda S. Alienação Parental: Consequências jurídicas e psicológicas na formação do filho menor. ANIMA EDUCAÇÃO. 2023. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/35486/1/TCC%20Alana%20E%20Amanda-1.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

TASHAKKORI, Abbas; CRESWELL, Jhon W. Exploring the Nature of Research Questions in Mixed Methods Research. V. 1, N. 3. P.207-211. 2007.

Os impactos da sobrecarga dos estudos pré-vestibulares nas relações interpessoais dos candidatos

The impacts of excessive pre-university studies on the interpersonal relationships of candidates

Julia Beatriz Barbosa Miranda

RESUMO

A transição para a vida adulta é um momento de grandes mudanças sociais, familiares e emocionais, bem como de desafios acadêmicos. Este estudo examina a influência da preparação para a admissão no ensino superior nas relações interpessoais dos estudantes. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica através de artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos de revistas e jornais eletrônicos. Conclui-se que, a pressão e o estresse durante esse processo, impactam negativamente na saúde mental e emocional dos adolescentes. Esse impacto varia muito do contexto sociocultural e doméstico dos candidatos. Percebeu-se que nos países asiáticos há uma intensa disputa interna, o que pode resultar em impactos nos vínculos pessoais dos candidatos. No cenário brasileiro, a desigualdade no processo seletivo é grande, causando sentimentos de desconfiança nos parentes, devido a alta competição. Houve uma transformação nas amizades dos candidatos, com alguns evitando discutir sobre “vestibular e carreira” com os amigos. Mas, durante os “cursinhos”, novas amizades foram estabelecidas, evidenciando que a importância dos laços sociais permanece significativa no Brasil. Ao abordar os desafios enfrentados por adolescentes em diferentes países, o artigo contribui para uma compreensão mais abrangente da construção e da deterioração das relações íntimas dos vestibulandos.

Palavras-chave: relações pessoais. sobrecarga. impactos.



ABSTRACT

The transition to adulthood is a time of great social, family and emotional changes, as well as academic challenges. This study examines the influence of preparation for entering higher education on students' interpersonal relationships. A bibliographical research was carried out through scientific articles, master's theses, doctoral theses, magazine articles and electronic newspapers. It is concluded that the pressure and stress during this process negatively impact the mental and emotional health of adolescents. This impact varies greatly depending on the socio-cultural and domestic context of the candidates. It was noticed that in Asian countries there is intense competition, which can result in impacts on candidates' personal ties. In the Brazilian scenario, inequality in the selection process is great, causing feelings of distrust in parents, due to the high competition. There was a transformation in the candidates' friendships, with some avoiding discussing "entrance exams and careers" with their friends. However, during the "short courses", new friendships were established, showing that the importance of social ties remains significant in Brazil. By addressing the challenges faced by adolescents in different countries, the article contributes to a more comprehensive understanding of the construction and deterioration of college students' intimate relationships.

Keywords: personal relationships. overload. impacts.

INTRODUÇÃO

O ingresso no ensino superior é uma etapa significativa na jornada educacional global, onde métodos diversos de seleção refletem a diversidade de sistemas educacionais. Na conjuntura brasileira, o acesso ao ensino superior é desafiador, exigindo esforços intensos para o sucesso acadêmico.

Desde sua criação, o ENEM tem desempenhado um papel fundamental nas reformas educacionais promovidas pelo governo. Inicialmente, usado como ferramenta para avaliar o desempenho dos discentes, o ENEM tornou-se um dos exames mais relevantes do país, contando com uma participação anual expressiva, servindo como critério de seleção para a entrada em universidades por meio de programas como Prouni, Fies e Sisu.

Nesse contexto, os cursos pré-vestibulares desempenham um papel crucial ao oferecerem preparação intensiva e direcionada para os exames, contribuindo significativamente para o sucesso dos candidatos, embora muitos, especialmente os populares, enfrentem desafios para manter-se ativos (Santos, 2021).

Entretanto, à medida que os vestibulandos se dedicam às suas preparações, um aspecto frequentemente negligenciado é a reflexão sobre os impactos da sobrecarga de estudos nos relacionamentos desses jovens. A adolescência é um período de grandes mudanças e instabilidades, tornando os adolescentes vulneráveis em vários aspectos. Diante dessa situação, este estudo propõe uma investigação sistemática e científica sobre o impacto do excesso de estudo nas convivências entre pessoas dos alunos, visando compreender como as exigências acadêmicas afetam seu bem-estar social, familiar e emocional durante esse período tão marcante durante sua trajetória pessoal.

DESENVOLVIMENTO

“Cursinhos” no Brasil e no Mundo

Ao redor do mundo, a preparação para exames de ingresso em instituições de ensino superior tem impulsionado a criação e popularização de diferentes formas de “cursinhos”, que fornecem revisão intensiva de conteúdos específicos, estratégias de estudo e preparação para exames, principalmente os vestibulares ou outros processos seletivos de ingresso em instituições de ensino superior.

A educação no Japão possui raízes profundas que remontam aos séculos V e VI d.C., marcados pela adoção dos caracteres chineses, introduzidos pela península coreana. Essa influência propiciou a disseminação de ensinamentos confucionistas sobre a educação (Shimizi, 2010). Durante o xogunato Tokugawa, a ênfase educacional direcionou-se à manutenção do status quo, e em preservar a ordem política (Kobayashi, 1965).

A Restauração Meiji, em 1868, assinalou uma virada na história japonesa, inaugurando a era moderna. Nesse período, a educação favorecia as classes dominantes, como a dos samurais. Esta elite, que já tinha contato com os princípios de Confúcio, de disciplina e aperfeiçoamento, transmitiu os padrões culturais dos samurais às gerações seguintes

O conceito moderno de infância, emergiu no Japão durante essa época, em conexão com a interação do país com o Ocidente. Na era Meiji, os líderes japoneses reconheceram o papel central do Estado-nação na mobilização dos indivíduos, inclusive das crianças, para servir ao Estado. Escolas de estilo ocidental foram introduzidas como agentes para atingir esse objetivo. A partir da década de 1890, as escolas começaram a promover uma nova consciência em relação à infância, influenciando as classes sociais por meio de ideias sobre o espaço dedicado às crianças, sua leitura de livros infantis, brincadeiras com brinquedos educativos e uma forte dedicação aos deveres escolares (Saito, 2011).

Todavia, alguns estudiosos argumentam que essa interação de fatores moldou o pensamento japonês sobre a educação como papel determinante na ascensão social e no sistema de classes existente. (Ebuchi, 1970). Conforme observado o xogunato Tokugawa contribuiu para uma população crescentemente alfabetizada, disciplinada e, simultaneamente, meritocrática.

Um vestígio do período feudal na sociedade é a designação dos alunos que não logram êxito nesse rigoroso sistema educacional. A palavra “*rōnin*”, usualmente traduzida como ‘andarilho’ ou ‘vagabundo’ nos contextos atuais, evoca a noção de uma trajetória errante, evidenciando as dificuldades enfrentadas por indivíduos que não alcançam os padrões estabelecidos nesse sistema altamente competitivo. (Ono, 2007). Os *rōnin* eram samurais que perdiam seu senhor ou mestre, seja por morte, desgraça ou por alguma outra razão. Esses guerreiros muitas vezes se encontravam em uma situação difícil, perdendo não apenas seu sustento, mas também o propósito e a estrutura social fornecidos por seu senhor (Hubbard, 2014).

Esse contexto serve para ilustrar o valor da preparação dos estudantes japoneses

para o ingresso na universidade. A pressão é tão intensa que é comumente chamada de “*Shiken Jigoku*”, traduzida como “Inferno de exames” (Honda, 2022). Para evitar o preconceito na sociedade japonesa, muitos escolares recorrem ao ensino nos “*jukus*”, escolas privadas de reforço escolar. Essas instituições são usadas por acadêmicos para complementar sua educação regular, oferecendo aulas e atividades visando melhorar o desempenho nas disciplinas escolares. Os “*jukus*” são altamente popularizados no país, com muitos acreditando que são uma parte fundamental do sistema educacional japonês.

Pode-se entender que a evolução da educação formal no Japão reflete uma profunda interação entre influências históricas, culturais e contemporâneas. Desde a adoção dos caracteres chineses até a introdução de elementos ocidentais durante a Restauração Meiji, o sistema educacional japonês passou por transformações que moldaram não apenas a estrutura acadêmica, mas também conceitos fundamentais, como a percepção da infância e o papel do ensino superior. A persistência da pressão acadêmica, simbolizada pelo termo “*Shiken Jigoku*” e a presença dos “*jukus*”, ressalta o destaque atribuído à preparação para o ingresso na universidade na sociedade japonesa contemporânea. A herança cultural, exemplificada pela figura dos “*rōnin*”, adiciona uma camada de complexidade ao entendimento da educação no Japão, destacando os desafios enfrentados por aqueles que não se enquadram nos rigorosos padrões estabelecidos. Em conjunto, esses elementos formam um panorama multifacetado que evidencia a rica história e as complexidades do sistema educacional japonês.

Desde sua origem, a educação na Coreia também foi influenciada pelos valores confucionistas, especialmente pela ênfase na aprendizagem formal e nos estudos na China, há mais de quinze séculos. Após a Guerra da Coreia, a Coreia do Sul enfrentava pobreza e uma sociedade predominantemente agrária. No entanto, ao longo das décadas subsequentes, o país experimentou um notável desenvolvimento econômico.

Era uma sociedade em constante mudança. Era um mundo em que alguém de origem rural poderia tornar-se uma pessoa importante numa instituição de investigação ou numa empresa – havia mobilidade social e uma verdadeira sensação de que vidas estavam a ser mudadas (Kendall, 2017).

Neste contexto dinâmico, surgiram os “*hagwons*”, instituições educacionais que oferecem aulas extras. Durante esse período, o governo sul-coreano intensificou seus esforços para promover tanto a educação quanto o desenvolvimento econômico. No entanto, o sistema educacional formal não era capaz de suprir completamente as crescentes demandas acadêmicas. Como resultado, surgiram academias privadas fora do ambiente escolar tradicional. Contudo, com mudanças no governo, essas escolas foram proibidas pelo presidente Chun Doo-hwan em 1980, sob a justificativa de que eram desiguais para os mais pobres, que não podiam arcar com os custos.

Mas na década de 1980, havia uma sensação de que as coisas estavam a ficar mais apertadas – que havia novas elites no poder e que o acesso aos escalões mais elevados era mais difícil. E, no entanto, estas aspirações muito fortes da classe média continuaram (KENDALL, 2017).

As restrições aos “*hagwons*” experimentaram flutuações ao longo do tempo, com momentos de maior proibição e outros de maior relaxamento. Estudos, como o de (Choi, 2015 e Choi, 2015), mostraram uma tentativa falha das autoridades sul coreanas, em

controlar os horários desses institutos. É realmente difícil haver um controle efetivo do funcionamento dessas escolas, já que o governo sul coreano, lucra muito com a educação (Suh, 2021).

A forte influência confucionista na Ásia, incluindo a Coreia, destaca a ênfase na educação como ferramenta de desenvolvimento pessoal. Associado ao crescimento econômico explosivo na década de 80, surgiram noções modernas de meritocracia, capitalismo de consumo e modelos educacionais ocidentais, redefinindo a importância da educação como principal mecanismo de mobilidade social (Beach, 2011).

Para alcançar melhores condições de vida, as famílias sul-coreanas investem consideráveis recursos financeiros em *hagwons* para auxiliar seus filhos a ingressarem em universidades, cujo acesso depende principalmente do desempenho acadêmico na escola e nos exames de admissão. Não basta simplesmente frequentar uma faculdade; é necessário ser admitido em uma das três universidades mais prestigiadas do país: a Universidade Nacional de Seul, a Universidade da Coreia e a Universidade Yonsei. Segundo (Choi, 2015 e Choi, 2015), para muitos estudantes, os benefícios de frequentar uma universidade de elite na Coreia vão além do desenvolvimento pessoal, proporcionando vantagens significativas no mercado de trabalho devido às conexões estabelecidas.

Algumas pessoas podem achar que não faz sentido se formar em outras universidades. É nisso que a sociedade acredita. Isso está altamente associado ao que significa sucesso na Coreia. Você quer ter uma vida estável. Uma vida estável significa conseguir emprego numa empresa chaebol”, acrescenta, numa referência aos grandes conglomerados, muitas vezes familiares, que dominam a economia sul-coreana (CHOI, 2023).

Esse cenário reflete a interseção complexa entre tradições confucionistas, desenvolvimento econômico acelerado e a busca persistente por mobilidade social. O surgimento dos “*hagwons*” como resposta às limitações do sistema educacional formal demonstra a adaptabilidade da sociedade diante das demandas acadêmicas crescentes.

A forte ênfase na educação como catalisador para o desenvolvimento pessoal e a ascensão social, em conjunto com a pressão para ingressar em universidades de elite, destaca a importância atribuída a certos padrões de sucesso na sociedade sul - coreana. Nesse contexto, as práticas educacionais, como a frequência a *hagwons*, tornam-se não apenas uma busca por excelência acadêmica, mas também um caminho estratégico para alcançar estabilidade e sucesso profissional em grandes conglomerados.

A história da educação no Brasil é marcada por diversas fases e transformações ao longo dos séculos. Com a chegada dos portugueses no século XVI, os jesuítas desempenharam um papel fundamental na educação, estabelecendo escolas para catequizar e educar os filhos dos colonos. Durante o período colonial, no entanto, a educação era restrita a uma elite, sendo predominantemente voltada para a formação religiosa (Holanda, 1995).

Com a independência do Brasil, houve esforços para ampliar o acesso à educação. A Constituição de 1824 previa a obrigatoriedade do ensino primário, mas a implementação efetiva era limitada. Durante boa parte do século XIX e início do século XX, a educação permaneceu elitizada e com pouca presença nas áreas rurais (Teixeira, 1957).

Porém, foi no período da redemocratização, que houve esforços mais significativos para o acesso a educação. A Lei Nº 9394 (Brasil, 1996, art 3), tinha como objetivo promover princípios como a igualdade, a qualidade, a liberdade de ensino e a valorização dos profissionais da educação. Foi nesse contexto que o ENEM surgiu. Criado em 1998 pelo MEC para avaliar o ensino médio, transformou-se ao longo dos anos em uma ferramenta crucial para o acesso ao ensino superior no Brasil. Inicialmente um indicador de desempenho escolar, em 2009 passou por uma transformação significativa, tornando-se o principal critério de seleção para programas federais de acesso ao ensino superior, como SiSU e ProUni (Junior, 2021).

Alguns autores tecem críticas ao processo educacional brasileiro, refletindo justamente sobre os desdobramentos que geraram mais desigualdades sociais e uma educação voltada para formar trabalhadores, e não como indivíduos pensantes (Kujawa, Martins, Patias, 2020).

Esse evento provocou mais competitividade nos vestibulares. Impulsionada pela crescente demanda por preparação para os concorridos vestibulares, os estudantes passaram a buscar alternativas de preparação fora do ambiente escolar regular. O movimento estudantil desse período influenciou o surgimento de iniciativas comunitárias e, posteriormente, de cursinhos pré-vestibulares populares. Hoje, esses cursos são encontrados em diferentes formatos, desde os comunitários até os privados, e desempenham um papel significativo na formação acadêmica de muitos estudantes.

Família: Sonho vs Realismo

O papel da família no desenvolvimento humano é impactante em diversos aspectos da vida de um indivíduo. Desde os primeiros momentos da infância até a fase adulta, a influência da família molda a personalidade, os valores e as relações interpessoais. A família não é apenas um contexto de convívio, mas um agente atuante na formação do indivíduo (Erikson, 1976). Por isso, é mais do que provável que tais relações interfiram no desempenho acadêmico dos estudantes.

A valorização do ingresso na faculdade é uma perspectiva social amplamente difundida e incentivada. Contudo, conforme evidenciado por (Bardagi, 2008), alguns pais podem apresentar uma preocupação acentuada em relação à definição do caminho acadêmico e à continuidade dos estudos de seus filhos. Esta inquietação revela um cenário mais complexo e sombrio, sugerindo que, por trás das felicitações pelo acesso à educação superior, podem existir preocupações latentes relacionadas às expectativas e aspirações para o futuro profissional dos filhos.

A ansiedade dos pais em relação à trajetória acadêmica dos filhos pode ser alimentada por diversas variáveis, incluindo inseguranças percebidas quanto à empregabilidade pós-graduação, dúvidas sobre a escolha da carreira ou receios relacionados ao ambiente competitivo do mercado de trabalho.

Para (Freud, 1969), o fenômeno da “projeção” pode ser definido com um mecanismo de defesa, no qual os indivíduos transferem sentimentos, desejos ou características indesejadas de si mesmos para outra pessoa. Os pais muitas vezes carregam suas próprias

aspirações, sonhos não realizados e expectativas não atendidas. Esses anseios podem se manifestar de maneira inconsciente, influenciando as decisões e escolhas de carreira dos filhos. Na busca por satisfazer os desejos parentais, os filhos podem se encontrar em uma encruzilhada entre atender às expectativas externas e perseguir seus próprios objetivos autênticos.

Como resultado das aspirações para um futuro melhor para os filhos, muitos pais japoneses matriculam seus filhos em *jukus*, escolas extracurriculares que visam sanar qualquer tipo de dificuldade dos estudantes. Como podemos observar na entrevista feita por Steven R. Weisman, para um artigo no *The New York Times*:

Eu sei que é um sacrifício. Sei que estou diminuindo as horas de brincadeira do meu filho. Ele está sacrificando dois anos da adolescência. Se ele tivesse mais lazer, tenho certeza de que seria um menino mais animado. Mas veja o que ele está ganhando no longo prazo (SAEKI, 1997)

No mesmo contexto, conforme apontado por (Lee, 2023), os pais sul-coreanos percebem as *hagwon* como um investimento estratégico de longo prazo no potencial futuro de seus filhos. Esta visão reflete a crença de que ao proporcionar educação adicional por meio dessas instituições, estão contribuindo significativamente para a consecução do sucesso e da estabilidade ao longo da trajetória educacional e profissional de suas crianças.

De fato, muitos dos comportamentos observados nesses pais podem ser compreendidos à luz da “mentalidade de pais tigre”, uma abordagem amplamente difundida em países asiáticos. A paternidade tigre representa uma forma de parentalidade rigorosa na qual os pais dedicam considerável esforço para assegurar o sucesso de seus filhos, seja por meio de destacado desempenho acadêmico ou êxito em atividades extracurriculares de prestígio, como música ou esportes (Kim, 2013). Esses pais iniciam o processo de doutrinação desde a infância, estimulando seus filhos a desenvolverem ambição, talento e inteligência, com objetivo de proporcionar aos seus filhos “um emprego que proporcione uma renda estável” (Lee, 2023).

No Brasil, a preocupação em certificar a escolarização dos filhos é muitas vezes vista como um projeto coletivo, mas com a mesma finalidade que nos países asiáticos: a ocupação de empregos bem remuneradas e dotadas de prestígio. Contudo, as vezes, a escolha das profissões podem ser vistas como motivos de aflição e brigas (Romanelli, 1998).

A pesquisa realizada por (Mello Neto, 2015) evidencia a complexidade das relações entre pais e filhos no que diz respeito à escolha de carreiras e profissões. Embora a exigência dos pais brasileiros na seleção profissional dos filhos não seja universal, os resultados da pesquisa indicam que alguns demonstram falta de entusiasmo em relação às escolhas acadêmicas de seus descendentes. Uma constatação relevante é que, apesar de não haver uma imposição direta por parte dos pais, muitos filhos revelam seguir os conselhos parentais, indicando uma influência significativa na tomada de decisões relacionadas à educação e carreira. Contudo, mesmo seguindo essas orientações, poucos afirmaram sentir-se pressionados, sugerindo uma complexa dinâmica entre a orientação dos pais e a autonomia dos filhos na escolha profissional. O estudo de (Mello Neto, 2015) também destaca a presença de um certo ceticismo por parte dos pais em relação ao ingresso

na faculdade, alimentado por relatos de jovens graduados enfrentando dificuldades no mercado de trabalho, conforme reportado pela (Fagundez, 2016). Esta preocupação parental reflete a percepção de que a formação acadêmica, por si só, não garante uma inserção profissional bem-sucedida, contribuindo para a insegurança dos pais quanto à eficácia desse investimento educacional.

A dualidade de sentimentos experimentada pelos pais revela um paradoxo emocional. Por um lado, há felicidade pelo ingresso na faculdade, indicando o reconhecimento da importância da educação superior. Por outro lado, persiste a incerteza quanto à real vontade dos filhos em seguir tal caminho, assim como a preocupação com a possibilidade de não obterem retorno financeiro e empregabilidade na área escolhida.

O ceticismo em relação à eficácia da conclusão de uma graduação como garantia de emprego possui fundamentos reais. De acordo com uma pesquisa realizada por (Teixeira e Gomes, 2004), os entrevistados destacaram que a formação universitária transcende os simples conteúdos ministrados em sala de aula. Essa perspectiva abrange experiências que vão desde a interação com pessoas que possuem ideias divergentes até o estabelecimento de contatos profissionais, o enfrentamento da competição e a convivência com adversidades entre colegas.

Diante dos elementos apresentados, os pais, muitas vezes, sentem a pressão de garantir que seus filhos adquiram as habilidades necessárias para enfrentar a competição acirrada no mercado de trabalho, bem como para terem sucesso acadêmico. Por isso, a ideia dos “cursinhos” é tão atrativa para esses pais, pois podem oferecer uma preparação mais específica para exames e vestibulares, sendo uma resposta à competitividade no acesso a oportunidades educacionais.

É notável que a estabilidade financeira seja um ponto de convergência entre pais brasileiros e asiáticos, revelando uma aspiração comum por carreiras sólidas e seguras para seus filhos. No entanto, o contraste emerge na percepção de alguns pais brasileiros, que questionam a eficácia da faculdade em proporcionar um futuro concreto em comparação, por exemplo, com a estabilidade oferecida por concursos públicos (Mello Neto, 2015).

Em virtude das transformações sociais e econômicas, muitos pais na tentativa de contribuir para o sucesso deles, esses podem inadvertidamente exercer influência na vida acadêmica dos filhos fazem.

As interferências mencionadas no contexto referem-se à participação intensiva dos alunos em instituições de preparação, e o custo associado a tais práticas é pode ser alto.

Os Jukus são prejudiciais à educação japonesa e às crianças. Não é saudável que as crianças tenham tão pouco tempo livre. Não é saudável ficar completamente preso à competição e ao status tão jovem.” (Amano, 1997)

Realmente, as atividades extracurriculares, como os “cursinhos” são ótimas ferramentas para auxiliar os alunos no aprofundamento de certos conteúdos (Peres, Andrade, Garcia, 2007) e (Oliveira, Santos, Dias, 2016). Porém, os pais devem estar atentos para a carga horária dessas atividades não gerem estresse e prejudique o desenvolvimento saudável.

Ressalta-se que crianças e adolescentes que experimentam privação de sono ou apresentam baixa qualidade no repouso frequentemente enfrentam desafios no desempenho acadêmico. (Valle, 2009). Esta perspectiva adiciona uma camada de complexidade à discussão, pois, paradoxalmente, os *jukus*, *“hagwons”* e *“cursinhos”* buscam a excelência acadêmica, enquanto a elevada carga horária de estudos pode contribuir para um rendimento escolar inferior, dado que muitos estudantes se encontram fatigados devido ao extenso número de aulas. Vale ressaltar que a ansiedade é o transtorno mental mais prevalente na população adolescente. Dentre os fatores podem contribuir para o estresse durante a adolescência incluem a exposição à adversidade, pressão para se conformar com os pares e exploração da identidade. Ao *“ajudar”* os filhos, muitos pais podem estar afetando a saúde física e emocional de seus filhos.

Amizades na Trajetória

“A amizade é um vínculo pessoal e privado, desprovido da imposição de valores ou normas culturais.” (Souza e Hutz, 2008) Contudo, como destacado neste estudo, o ingresso na faculdade pode representar um ponto de inflexão nas relações interpessoais. Pesquisas recentes, como a de (Bae e Choi, 2023), indicam que, na sociedade coreana, ainda prevalece a perspectiva de que o status social é mais relevante do que a lealdade ou a amizade. “O colega sentado ao seu lado é seu inimigo em termos acadêmicos” (LEE, 2023).

O comentário acima revela uma realidade preocupante sobre o sistema educacional no país. Sua afirmação de que os estudantes são ensinados a se destacar mais do que os outros, enxergando os colegas como concorrentes acadêmicos, destaca uma pressão social intensa e uma competição feroz no ambiente educacional coreano.

Durante o período pré-vestibular, muitos estudantes compartilham seus planos profissionais com amigos, destacando a importância dessas conversas. (Pereira e Garcia, 2009). No entanto, (Mello Neto, 2015) revela que, ao longo do tempo, os participantes de seu estudo descreveram seus amigos como pessoas com as quais não discutiam dúvidas ou questões profissionais, tornando-se mais figuras de identificação e parceiros em atividades sociais do que fontes confiáveis de apoio.

Contrastando com essa visão, o estudo de (Boruszewski, 2021) destaca que o convívio prolongado entre estudantes durante os cursinhos pode ser positivo, contribuindo para a formação de novas amizades. Isso ecoa as conclusões de (Fernandes, 2010), que ressalta como a interação entre alunos, compartilhando informações, pode resultar no desenvolvimento de respeito mútuo.

No que tange às atividades de lazer, observa-se uma variedade de práticas entre os adolescentes, sendo comuns as saídas com amigos, familiares e namorados, assim como a realização de atividades físicas. Embora a maioria não se encontre com amigos semanalmente, evidencia-se a importância das relações sociais e das atividades compartilhadas, já que boa parte dos alunos demonstrou um vínculo de bom relacionamento e de influência com seus familiares. É interessante que a maioria dos alunos esperam permanecer com seus vínculos pré-universitários. (Reginato, 2022)

Destaca-se a manutenção de vínculos estabelecidos antes do início do curso, sugerindo que algumas das melhores amizades formadas no colégio continuam a ter relevância, com os participantes mantendo atividades comuns. (Sousa, 2010). Isso aponta para a resiliência e a continuidade das relações estabelecidas durante a fase pré-vestibular, indicando uma influência duradoura dessas amizades na vida dos estudantes, corroborando o estudo de (Rawlins, 1992) que argumenta que os desafios sociais e intelectuais durante a fase pré-vestibular aumentam a probabilidade de se formarem amizades profundas e significativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente a essa análise, pode-se ver um panorama complexo e multifacetado sobre a influência da preparação para o ingresso no ensino superior nas relações interpessoais dos estudantes. A trajetória educacional, marcada por desafios e pressões inerentes ao processo de preparação para os vestibulares, revela não apenas a busca pela excelência acadêmica, mas também a interseção entre as expectativas familiares, a pressão social e as amizades estabelecidas durante essa jornada.

No cenário japonês, a tradição educacional profundamente enraizada, marcada por influências históricas, moldaram não apenas a estrutura acadêmica, mas também conceitos fundamentais, como a pressão intensa simbolizada pelo termo “*Shiken Jigoku*”. A figura dos “*rōnin*” do período feudal ressoa nos desafios enfrentados por aqueles que não atendem aos padrões rigorosos, destacando a persistência da meritocracia e a complexidade do sistema educacional japonês.

Na Coreia do Sul, existe um cenário de intensa competição, onde os “*hagwons*” surgiram como resposta às demandas acadêmicas crescentes. A busca por acesso às prestigiadas universidades do grupo “*SKY*” reflete não apenas a ênfase na educação como meio de ascensão social, mas também a tensão entre igualdade de acesso e vantagens educacionais. A família, como agente influente, desempenha um papel crucial, refletindo expectativas, anseios e, por vezes, preocupações em relação ao futuro profissional dos filhos. A “*mentalidade de pais tigre*”, especialmente evidente em contextos asiáticos, revela uma abordagem rigorosa para garantir o sucesso dos filhos, muitas vezes transferindo suas próprias aspirações não realizadas.

No contexto brasileiro, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) assumiu um papel central, moldando as reformas educacionais e sendo determinante para o acesso ao ensino superior. Os cursos pré-vestibulares, por sua vez, desempenham um papel crucial ao oferecer preparação intensiva, embora enfrentem desafios para se manterem ativos. Além disso, a dualidade dos sentimentos dos pais revela um paradoxo emocional em relação ao ingresso na faculdade, destacando a insegurança em meio a um ambiente socioeconômico desafiador. O ceticismo em relação à eficácia da graduação como garantia de emprego reflete a complexidade das escolhas educacionais, enquanto as atividades extracurriculares, como os cursos pré- vestibulares, tornam-se respostas à busca por excelência acadêmica.

As amizades, embora influenciadas pela intensidade da preparação pré-vestibular,

revelam uma gama de experiências. A sociedade coreana, onde o status social muitas vezes supera a lealdade, contrasta com a resiliência das amizades estabelecidas no Brasil, evidenciando a interseção entre o acadêmico e o pessoal. A continuidade dessas relações, por vezes formadas durante a fase pré-vestibular, destaca a importância duradoura desses laços na vida dos estudantes.

Em síntese, a preparação para o ingresso no mundo acadêmico transcende a busca por conhecimento acadêmico. Ela envolve uma interação complexa entre expectativas sociais, pressões familiares, amizades formadas e a busca constante por uma trajetória educacional que, para além do sucesso acadêmico, também promova o bem-estar emocional e mental dos estudantes. Este estudo, oferece, portanto, uma perspectiva valiosa para pesquisadores interessados na influência da preparação para exames vestibulares na qualidade de vida e bem-estar dos estudantes. Espera-se que esta pesquisa inspire novos estudos e contribua na orientação de políticas educacionais que promovam um ambiente saudável e equilibrado para os jovens que enfrentam esse importante capítulo em suas vidas.

REFERÊNCIAS

AMANO, Ikuo. **How Do Japan's Students Do It? They Cram.** Entrevista concedida a Steven R. Weisman. *The New York Times*, New York, 27 de abril de 1997. Seção A, p.1. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1992/04/27/world/how-do-japan-s-students-do-it-they-cram.html>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2023

BAE, Sang Hoon, CHOI, Kee Ho. **The Cause of Institutionalized Private Tutoring in Korea: Defective Public Schooling or a Universal Desire for Family Reproduction?** *ECNU Review of Education*, [S.l.], p.21 - 22, jul. 2023. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/20965311231182722>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2023.

BARDAGI, Marucia Patta, HUTZ, Cláudio Simon. **Apoio parental percebido no contexto da escolha inicial e da evasão de curso universitário.** *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 31-44, dez. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902008000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 07 dez. 2023.

BEACH, J. M. **Children Dying Inside: A Critical Analysis of Education in South Korea.** [s.l.] Southwest Press, 01/2011.

5. BORUSZEWSKI, Davi Alexander. **Práticas institucionais em cursinhos pré-vestibulares e sofrimento psíquico de estudantes sob a perspectiva de uma experiência docente.** 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-17012023-112926/>>. Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CHOI, Hoon; CHOI, Álvaro. **When one door closes: the impact of the hagwon curfew on the consumption of private tutoring in the Republic of Korea.** IEB Working Paper, [S.l.], n. 2015/32, p. 40, 2015. Disponível em: <https://www.ub.edu/irea/working_papers/2015/201526.pdf>. Acesso em: 14 de dezembro de 2023.

CHOI, Ty. **Why S. Korea's Crackdown on Private Tutoring Is Just a 'Band-Aid' on a Much Larger Problem.** Entrevista concedida a Kow Ewe. Time Magazine, julho de 2023. Disponível em: <<https://time.com/6292773/south-korea-crackdown-hagwons-cram-schools-competition/>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

DEMENECH, L. M. *et al.* **Estresse percebido entre estudantes de graduação:** fatores associados, a influência do modelo ENEM/SISU e possíveis consequências sobre a saúde. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 72, n. 1, p. 19–28, jan. 2023.

EBUCHI, J. S. K. **The Study of Japanese Education.** Rice Institute Pamphlet -Rice University Studies, v. 56, n. 4, out. 1970.

ERIKSON, E. H. (1976). **Identidade: Juventude e crise** (2a ed., trad. A. Cabral). Rio de Janeiro, Brasil: Zahar Editores (trabalho original publicado em 1968).

FAGUNDEZ, Ingrid. **Diploma inútil?** Por que tantos brasileiros não conseguem trabalho em suas áreas. BBC, 4 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37867638>. Acesso em: [25 de novembro de 2023].

FERNANDES, I. **Cooperação e respeito mútuo** : aprendendo com o outro na sala de aula. [s.l.] Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, 22 dez. 2010.

FREUD, A. **O ego e os mecanismos de defesa.** Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1968.

HONDA, D. H. **A febre educacional sul coreana, passado e presente:** o paradoxo entre a tradição e o desenvolvimento. *Revista Unitins*, v. 9, n. 16, 10 2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUBBARD, B. **The Samurai: Swords, Shoguns and Seppuku.** Cheltenham, United Kingdom: The History Press, 2014.

JUNIOR, V. F. de S. **Uma breve história do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM:** Avanços e ranços até a era digital / A brief history of the Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM (National High School Exam): Advances and weaknesses until the digital age. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 120314–120325, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n12-683. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/41986>>. Acesso em: 8 dez. 2023.

KASULIS, K. **South Korea's play culture is a dark symptom of overwork.** Disponível em: <<https://qz.com/1168746/south-koreas-play-culture-is-a-dark-symptom-of-overwork/>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

KENDALL, Laurel. **South Korea's play culture is a dark symptom of overwork.** Entrevista concedida a Kelly Kasulis. Quartz, dezembro de 2017. Disponível em: <<https://qz.com/1168746/south-koreas-play-culture-is-a-dark-symptom-of-overwork/>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

- KIM, S. Y. **Defining Tiger Parenting in Chinese Americans**. HumanDevelopment, v. 56, n. 4, p. 217–222, 12 2013.
- KOBAYASHI, T. **Tokugawa Education as a Foundation of Modern Education in Japan**. The University of Chicago Press, v. 9, n. 3, p. 288–302, out. 1965.
- KUJAWA, D. R.; MARTINS, A. R. de Q.; PATIAS, N. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO E DA ESCOLA NO BRASIL. **Revista Sociais e Humanas**, [S. l.], v. 33, n. 3, 2020. DOI: 10.5902/2317175837574. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/37574>>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- LEE, JUNG-JOO. **Thriving on anxiety**: Korea’s multibillion-dollar hagwon industry. The Korea Herald, 28 de junho de 2023. Disponível em: <<https://www.koreaherald.com/view.php?ud=20230628000655>>. Acesso em: 8 dez. 2023.
- MELLO NETO, Ruy de Deus e. **Não vou me adaptar: um estudo sobre os bolsistas pernambucanos durante os 10 primeiros anos do Programa Universidade Para Todos - ProUni**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.48.2015.tde-18082015-112537. Acesso em: 2023-12-02.
- MENTAL HEALTH AND SUBSTANCE USE. **Mental Health ATLAS 2020**. Genebra, Switzerland: World Health Organization, 2021.
- OLIVEIRA, C. T. DE.; SANTOS, A. S. DOS.; DIAS, A. C. G. **Percepções de Estudantes Universitários sobre a Realização de Atividades Extracurriculares na Graduação**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 36, n. 4, p. 864–876, out. 2016.
- ONO, H. **Does examination hell pay off?** A cost-benefit analysis of “ronin” and college education in Japan. Education Economics Review, v. 26, n. 3, p. 271–284, dez. 2007.
- PEREIRA, F. N. & GARCIA, A. **Amizade e escolha profissional**: um estudo com alunos de escolas particulares e públicas, 2009.
28. PERES, C. M.; ANDRADE, A. DOS S.; GARCIA, S. B. **Atividades extracurriculares**: multiplicidade e diferenciação necessárias ao currículo. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 31, n. 3, p. 203–211, set. 2007.
- RAWLINS, W. K. **Friendship matters**. New York: Aldine de Gruyter, 1992.
- REGINATO, Valdir. **Contribuição ao estudo do perfil do aluno de primeiro ano de medicina da grande São Paulo**: aspectos familiares e suas implicações no âmbito vocacional e do desenvolvimento profissional. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5144/tde-14102014-115851/>>. Acesso em: 02 dez. 2023.
- ROMANELLI, G. **O relacionamento entre pais e filhos em famílias decamadas médias**. Pandéia (Ribeirão Preto), n. 8, p. 14–15, ago. 1998.
- SAITO, H. **Cosmopolitan Nation-Building**: The Institutional Contradiction and Politics of Postwar Japanese Education. RESEARCH COLLECTION SCHOOL OF SOCIAL SCIENCES, v. 14, n. 2, p. 125–144, jun. 2011.

SANTOS, SILVAA. C. **Pré-vestibulares populares no estado do rio de janeiro quantos são e qual perfil possuem esses projetos?** Revista Enfil, n. 14, dez. 2021.

SHIMIZU, M. **Japanese English Education and Learning: A History of Adapting Foreign Cultures.** University of Hawaii at Manoa., v. 43, n. 1–2, p. 5–11, 2010.

SAEKI, Terumi. **Entrevista concedida a Steven R. Weisman.** How Do Japan's Students Do It? They Cram. The New York Times, New York, 27 de abril de 1997. Seção A, p.1. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1992/04/27/world/how-do-japan-s-students-do-it-they-cram.html>. Acesso em: 14 dez. 2023.

SOUZA, L. K. DE.; HUTZ, C. S. **Relacionamentos pessoais e sociais: amizade em adultos.** Psicologia em Estudo, v. 13, n. 2, p. 257–265, abr. 2008.

SOUZA, L. K. DE.; HUTZ, C. S. **Relacionamentos de amizade íntima entre jovens adultos.** Paideia (Ribeirão Preto), v. 22, n. 53, p. 325–333, set. 2012.

SUH, J. **The Core of Education Inequality:** Hypercompetition and Standardized Scores. Disponível em: <<https://jiminsuh.medium.com/the-core-of-education-inequality-hypercompetition-and-standardized-scores-75482ef1d7e4>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.

TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira; GOMES, William Barbosa. **Estou me formando... e agora?** Reflexões e perspectivas de jovens formandos universitários. Revista Brasileira de Orientação Profissional, v. 5, n. 1, p. 47-62, jun. 2004.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.

VALLE, Luiza Elena Leite Ribeiro do; VALLE, Eduardo L. Ribeiro do; REIMAO, Rubens. **Sono e aprendizagem.** Rev. psicopedag., São Paulo , v. 26, n. 80, p. 286-290, 2009 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862009000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 dez. 2023.

WEISMAN, Steven R. **How Do Japan's Students Do It? They Cram.** The New York Times, 27 de abril de 1992. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1992/04/27/world/how-do-japan-s-students-do-it-they-cram.html>. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a AYA Editora, pela oportunidade de desenvolver o meu senso científico, de contribuir para obtenção de mais conhecimentos acadêmicos, além de possibilitar a publicação deste estudo. Obrigada ao trabalho de diversos pesquisadores que contribuíram, através dos seus estudos, para a elaboração deste trabalho.

Organizadores

Daniel Fernando Ribeiro

Enfermeiro formado pela faculdade de Pato Branco – (FADEP). Pós-graduação Urgência, Emergência e Atendimento Pré – hospitalar – UNIAMERICA. Pós-graduação Enfermagem em Urgências e Emergências em Pediatria e Neonatologia – Univitéria. Pós-graduação Enfermagem em UTI – Univitéria. Curso de Extensão NHCPS PALS – Postgraduate Institute for Medicine, Englewood. Curso de Extensão Pré Hospitalar Trauma Life Support (Phtls). Curso de Extensão Suporte Avançado De Vida Em Cardiologia – Univitéria e AHA. Curso de Formação de Multiplicadores em Urgências e Emergências em Saúde Mental – MS e SAMU DF. Curso de Extensão – APH de combate – Marc1 para equipes de socorristas, Polícia Civil do Paraná. Curso de Extensão Transporte Aeromédico – IESSP. Instrutor do Núcleo de Educação Itinerante NEI – SAMU 192. Instrutor Stop The Bleed. Instrutor Instituto INTAPH.

Adriano Mesquita Soares

Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR/PG, linha pesquisa em Gestão do Conhecimento e Inovação e Grupo de pesquisa em Gestão da Transferência de Tecnologia (GTT). Possui MBA em Gestão Financeira e Controladoria pelo Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais onde se graduou em Administração de Empresas (2008). É professor no ensino superior, ministrando aulas no curso de Administração da Faculdade Sagrada Família – FASF. É editor chefe na AYA Editora.

Índice Remissivo

A

abandono socioafetivo 40, 41, 45, 48
abordagens 9
adolescentes 40, 43, 44, 47, 50, 51, 58
alienação parental 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48
ativação cerebelar 26, 30, 35

C

cerebelar 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36
criança 2, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

D

desenvolvimento 9, 10, 11, 12, 13, 14, 34, 35, 40, 41,
42, 43, 44, 46, 47, 53, 54, 55, 57, 58, 61, 62
direitos fundamentais 40, 43, 44, 46, 47
direitos garantidos 40
distúrbio infantil 41

E

educação 9, 12, 13, 14, 44, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59,
60
estratégias 9, 12, 13

F

fisiopatologia 26, 28, 33, 37
fisioterapia 9, 10, 11, 13, 14
formação psíquica 40, 45, 47

G

guarda compartilhada 40, 43, 45, 47, 48

I

instabilidades 41, 51

N

neurociência 26, 30
neurocognição cerebelar 26
neurodesenvolvimento 26, 28, 34, 36, 37

O

ordem política 52

P

poder judiciário 40, 48
processo 9, 11, 12, 13, 15, 34, 45, 50, 55, 56, 59

R

relações pessoais 50

S

saúde preventiva 9, 11
síndrome cognitiva afetiva cerebelar 26
sistema 5
sistema de saúde 9, 13
sistema educacional 52, 53, 54, 58, 59
sistemas educacionais 51
sobrecarga 50, 51
sociedade japonesa 53
sociocultural 50

T

transtornos 26, 34, 37, 47



AYA EDITORA
2024

